

PROMULGAÇÃO DA RESOLUÇÃO NÚMERO 12 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008.

Institui o Regimento Interno da Câmara Municipal de Juatuba no Estado de Minas Gerais

A Câmara Municipal de Juatuba, no Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição legal conferida pelo Artigo 56, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Resolução:

**TITULO I
DO PODER LEGISLATIVO**

**CAPÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL**

**SEÇÃO I
Das Funções**

Art.1º. O Poder legislativo municipal é exercido pela Câmara Municipal que, precipuamente, tem função legislativa, fiscalizadora, julgadora e administrativa.

§ 1º. A função legislativa consiste na elaboração de emendas à Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos e Resoluções sobre todas as matérias de competência do Município.

§2º. A função fiscalizadora, compreendendo a contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta municipal, é exercida com o auxílio do tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, compreendendo:

I - apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa Diretora da Câmara;

II - acompanhamento das atividades financeiras do Município;

III – julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio de bens e recursos públicos ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

§3º. A função julgadora é exercida por meio do julgamento do Prefeito e dos vereadores por respectivamente, infração político-administrativa prevista em lei e falta ético-parlamentar, nos termos deste Regimento Interno.

§4º. A função administrativa restringe-se à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

SEÇÃO II DA SEDE

Art.2º. A Câmara Municipal tem sua sede no Município de Juatuba no estado de Minas Gerais.

Art.3º. No recinto de reuniões do Plenário não poderão ser afixados símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias religiosas ou promocional de pessoas vivas ou entidades de qualquer natureza.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à colocação de brasão ou bandeira do País, do Estado ou do Município, na forma da legislação aplicável, bem como de obra artística de autor consagrado.

Art.4º. Somente por deliberação do Plenário e quando o interesse público o exigir, poderá o recinto de reuniões de a Câmara ser utilizado para fins estranhos à sua finalidade.

SEÇÃO III DA INSTALAÇÃO

Art.5º A Câmara Municipal instalar-se-á, em reunião solene às 20:00 horas do dia 1º de janeiro do ano seguinte à eleição, independentemente de número, sob a presidência do vereador que mais recentemente tenha exercido o cargo de presidente, de vice-presidente, de secretário, ou na inexistência deste, o mais votado, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos e dar posse aos vereadores, prefeito, vice-prefeito.

§1º. A instalação ficará adiada para o dia seguinte, e assim sucessivamente, se à reunião de instalação não comparecerem no mínimo, 3 (três) Vereadores e, se essa situação persistir, até o último dia do prazo a que se refere este Regimento Interno, quando, a partir de então, a instalação será presumida para todos os efeitos legais.

§2º. O Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores deverão apresentar seus diplomas na secretaria administrativa da Câmara, antes da reunião de instalação, prevista no caput deste artigo.

Art.6º. Os vereadores, munidos dos respectivos diplomas, tomarão posse na reunião de instalação, perante o Presidente provisório a que se refere a este Regimento Interno, mediante termo lavrado em livro, depois de todos prestarem o compromisso, que será lido pelo Presidente e consistirá da seguinte fórmula: “Prometo manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município, a Constituição Federal a Constituição Estadual e demais Leis, bem como desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso e bem estar dos munícipes”.

§1º. Prestado o compromisso pelo presidente, secretário ad hoc fará a chamada nominal de cada vereador, que declara: “Assim o prometo”.

§2º. O Presidente convidará, a seguir, o Prefeito e o vice-prefeito eleitos e regularmente diplomados a prestarem o compromisso a que se refere o caput deste artigo, e os declarará empossados.

Art.7º. O vereador que não tomar posse na reunião de instalação deve fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, e prestará compromisso individualmente.

Art.8º. O vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá ser empossado sem prévia comprovação da desincompatibilização.

Art.9º. No ato da posse e no término do mandato o Prefeito, o vice-prefeito e os vereadores farão declaração de bens, nos termos da legislação federal.

Art.10º. Cumprido o disposto no artigo anterior, o Presidente poderá facultar a palavra por, no máximo, 10 (dez) minutos a cada um dos vereadores indicados pela respectiva bancada e a outras autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

SEÇÃO IV DA SECRETARIA LEGISLATIVA

Art.11. Os serviços administrativos da Câmara far-se-ão por meio de sua secretaria legislativa.

Parágrafo único. Todos os serviços da secretaria legislativa serão dirigidos e disciplinados pela presidência da Câmara.

Art.12. A correspondência oficial da Câmara será elaborada pela secretaria administrativa, sob a responsabilidade da Presidência da Câmara.

Art.13. Os processos serão organizados pela secretaria legislativa, conforme o disposto em ato da presidência.

Art.14. Quando, por extravio, dano ou retenção indevida, tornar-se impossível o andamento de qualquer proposição, a secretaria legislativa providenciará a reconstituição do processo respectivo, por determinação do presidente, que deliberará de ofício ou a requerimento de qualquer vereador.

Art.15. As dependências da secretaria legislativa, bem como seus serviços, equipamentos e materiais serão de livre utilização pelos vereadores, deste que observada a regulamentação constante de Ato da presidência.

Art.16. A secretaria legislativa, mediante autorização expressa do presidente, fornecerá a qualquer pessoa, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, no prazo de 15 (quinze) dias, certidão de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade administrativa da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição.

Art.17. Os vereadores poderão interpelar a Presidência, mediante requerimento, sobre os serviços da secretaria legislativa ou sobre a situação do respectivo pessoal, bem

como apresentar sugestões para melhor andamento dos serviços, através de indicação fundamentada.

CAPÍTULO II DA MESA

SEÇÃO I DA FORMAÇÃO

Art.18. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de presidente, vice-presidente, secretário, com mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Art.19. Terminados os pronunciamentos da instalação da Câmara Municipal, passar-se-á a eleição da Mesa, por maioria simples, na qual somente poderão votar ou ser votado os vereadores empossados, observado o seguinte procedimento:

- I- Realização, por ordem do Presidente, da chamada regimental, para a verificação do quorum;
- II- O quorum será o de maioria simples para o primeiro e segundo escrutínios;
- III- registro, junto à Mesa, individualmente ou por chapa, de candidatos previamente escolhidos pelas bancadas dos partidos ou blocos parlamentares;
- IV- chamada, em ordem alfabética, dos nomes dos vereadores, indicados pelo secretário adhoc, para que se proceda, de forma aberta, á votação nominal;
- V- contagem dos votos pelo presidente e secretário adhoc.
- VI- leitura, pelo Presidente, dos nomes dos votados para os respectivos cargos;
- VII- redação, pelo secretario adhoc, e leitura, pelo Presidente, do resultado da eleição na ordem decrescente dos votos;
- VIII- realização de segundo escrutínio com os dois vereadores mais votados para cada cargo, que tenham igual número de votos;
- IX- persistindo o empate, será declarado eleito, para cada cargo, o vereador mais votado na eleição municipal;
- X- proclamação pelo Presidente, do resultado final;
- XI- posse, mediante termo lavrado pelo secretario adhoc, dos eleitos, os quais entrarão imediatamente em exercício;

Parágrafo único, na composição da Mesa é assegurado, tanto quanto possível, a participação proporcional dos partidos com representação na Câmara Municipal.

Art.20. Na eleição para a renovação da Mesa a ser realizada em reunião especialmente convocada para esse fim, a partir do reinício dos trabalhos após o recesso de julho da 2ª sessão legislativa, no biênio subsequente, observar-se-á o mesmo procedimento previsto no artigo anterior, empossando-se os eleitos em 1º de janeiro do ano seguinte, quando deverão assinar termo de posse.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente em final de mandato ou seu substituto legal, proceder á eleição para renovação da Mesa.

Art.21. Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Presidente da Camara convocará novas reuniões até que seja eleita a Mesa.

Art.22. Para as eleições disciplinadas nesta seção, poderão concorrer quaisquer vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa na legislatura precedente.

Parágrafo único. O suplente de vereador convocado somente poderá ser eleito para o cargo da Mesa quando não for possível preenchê-lo de outro modo.

Art.23. Na hipótese da instalação presumida da Câmara, o único vereador presente será considerado empossado automaticamente e assumirá a Presidência da Câmara, com todas as prerrogativas legais, cumprindo-lhe proceder em conformidade com o disposto neste Regimento Interno e marcar a eleição para o preenchimento dos cargos da Mesa.

SEÇÃO II DA SUBSTITUIÇÃO

Art.24. Em suas faltas ou impedimentos o Presidente da Mesa será substituído pelo vice-presidente.

Parágrafo único. Estando ambos ausentes, serão substituídos pelo secretário que convidará um dos pares para secretariá-lo.

Art.25. Ausente, em plenário, o secretário, o Presidente convidará qualquer vereador para substituí-lo em caráter eventual.

Art.26. Na hora determinada para o início da reunião, verificada a ausência dos membros da Mesa e de seus substitutos, assumirá a Presidência o vereador mais votado dentre os presentes, que escolherá entre os vereadores presentes para ser secretário adhoc.

Parágrafo único. A Mesa, composta na forma deste Artigo, dirigirá os trabalhos até o comparecimento de algum membro titular da Mesa ou de seus substitutos legais.

SEÇÃO III DA EXTINÇÃO DO MANDATO

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.27. As funções dos membros da Mesa cessarão pela:

- I- Posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
- II- Renúncia apresentada por escrito;
- III- Destituição;
- IV- Cassação ou extinção do mandato de vereador.

Art.28. Vagando qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição, para completar o mandato, no expediente da primeira reunião ordinária seguinte, ou em reunião extraordinária da sessão legislativa convocada para esse fim.

Parágrafo único. Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á nova eleição, para completar o período do mandato, na reunião imediata àquela em que

ocorreu a renúncia ou destituição, sob a presidência do vereador mais votado dentre os presentes, que ficará investido na plenitude das funções até a posse da nova Mesa.

SUBSEÇÃO II DA RENÚNCIA

Art.29. A renúncia do vereador ao cargo que ocupa na Mesa, dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á independentemente de deliberação do plenário, a partir do momento em que for lido em reunião ordinária.

Art.30. Em caso de renúncia total da Mesa o ofício respectivo será levado ao conhecimento do plenário pelo vereador mais votado dentre os presentes, que exercerá as funções de presidente, nos termos deste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO III DA DESTITUIÇÃO

Art.31. É passível de destituição o membro da Mesa quando:

- I- Faltoso;
- II- Omisso;
- III- Ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais;
- IV- Exorbite as atribuições conferidas por este Regimento Interno.

Art.32. O processo de destituição será deflagrado por denúncia subscrita por, pelo menos, um vereador, em que deverá constar;

- I- O membro ou os membros da mesa denunciados;
- II- Descrição circunstanciada das irregularidades cometidas;
- III- As provas que se pretenda produzir.

Art.33. Apresentada a denúncia, deverá ser lida pelo autor em qualquer fase da reunião ordinária, independentemente de prévia inscrição ou autorização do presidente, e submetida á deliberação do plenário.

§1º. Caso a denúncia de que trata o caput deste Artigo recaia sobre o presidente, será submetida ao plenário por seu substituto legal ou, se este também for envolvido essa medida caberá a vereador mais votado dentre os presentes.

§2º. O denunciante e o denunciado são impedidos de deliberar sobre o recebimento da denúncia, não sendo necessária, nesse caso, a convocação de suplente.

§3º. O membro da Mesa, envolvido nas acusações, não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.

Art.34. Caso o plenário se manifeste contrário ao recebimento da denúncia por meio da deliberação de 2/3 (dois terços) dos vereadores, o Presidente determinará o seu arquivamento, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Ar. 35. Recebida a denúncia pelo plenário com deliberação de 2/3 (dois terços) dos vereadores adotar-se-ão as seguintes medidas:

I- Serão sorteados 3 (três) vereadores para compor comissão de investigação e processante, da qual não poderão fazer parte o denunciante e o denunciado, observando-se na sua formação o disposto neste Regimento.

II- Constituída a comissão, seus membros elegerão um deles para Presidente que nomeará entre seus pares um relator e marcará reunião a ser realizada dentro das 48 (quarenta e oito) horas seguintes;

III- O denunciado será notificado dentro de 3(três) dias, a contar da primeira reunião da comissão, para apresentação por escrito, de defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias.

IV- Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes, com intervalo de 3 (três) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

V- Não apresentada a defesa prévia pelo denunciado, caberá ao presidente, ou seu substituto, nomear defensor adhoc para oferecê-la;

VI- Decorrendo o prazo de defesa, a comissão de investigação e processante emitirá parecer dentro de 5 (cinco) dias opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário.

VII- Se a comissão opinar pelo prosseguimento, deverá apresentar na primeira reunião ordinária subsequente projeto de resolução propondo destituição do denunciado.

VIII- O projeto de resolução será submetido á discussão e votação nominal única e aberta;

IX- Os vereadores e o relator da comissão de investigação e processante e o denunciado terão cada um trinta minutos para a discussão do projeto de resolução, vedada a cessão de tempo.

X- Terão preferência, na ordem de inscrição, respectivamente, o relator da comissão e investigação e processante e o denunciado.

XI- A aprovação do projeto de resolução, pelo quorum de 2/3 (dois terços) dos vereadores, implicará o imediato afastamento do denunciado, devendo a respectiva resolução ser publicada pela autoridade que estiver presidindo os trabalhos dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da deliberação do plenário.

XII- Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo;

XIII- Se da apuração restar configurado ilícito civil ou penal, deverá ser remetida cópia do processo ao Ministério Publico para que proceda a apuração pertinente.

XIV- O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado;

SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA

Art.36. A Mesa Diretora é o órgão que dirige os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A Mesa decidirá por maioria de seus membros.

Art.37. Competem à Mesa Diretora da Câmara Municipal, privativa e colegiadamente, dentre outras atribuições, as seguintes:

I - Propor ao plenário projetos de resolução dispondo sobre:

- a) Criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal;
- b) Concessão de licença aos vereadores;
- c) Fixação e revisão da remuneração dos vereadores, de acordo com disposto na Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

II - Propor projetos de leis dispondo sobre:

- a) Fixação da remuneração dos cargos, empregos ou funções dos serviços da Câmara Municipal.
- b) Fixação e revisão dos subsídios do Prefeito, vice-prefeito e secretários Municipais, na forma da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

III – Elaborar e encaminhar ao prefeito, até o dia 30(trinta) de agosto, após a aprovação pelo Plenário.

- a) Proposta parcial do orçamento da Câmara, para ser incluída na proposta geral do município, prevalecendo, na hipótese de rejeição pelo plenário.
- b) Proposta de investimento da Câmara para ser incluída no Plano Plurianual.

IV - Declarar a extinção do mandato de vereador;

V - Organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara Municipal.

VI - Proceder à redação final das resoluções e decretos legislativos;

VII - Receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais.

VIII - Assinar, por todos os seus membros, as resoluções e os decretos legislativos;

IX - Autografar os projetos de Leis aprovados, para a sua remessa ao Executivo.

X - Deliberar sobre a realização de reuniões solenes fora da sede da Edilidade.

XI - Determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições que não constarem na pauta da última reunião ordinária da sessão legislativa.

Art.38. A Mesa reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, independentemente do plenário, em dia e hora previamente fixados e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS MEMBROS

Art.39. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da mesa, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.

Art.40. Competem ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, as seguintes;

I- Representar a Câmara Municipal, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou Plenário, sobre assuntos pertinentes à Câmara Municipal, no curso de efeitos judiciais.

II-Dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara;

III-Interpretar e fazer cumprir este Regimento Interno;

IV-Promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as Leis que recebem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal.

V-Fazer publicar os atos da Mesa, bem como as Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;

VI-Requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;

VII-Exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal;

VIII-Mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

IX-Administrar os serviços da Câmara Municipal, fazendo lavrar os atos pertinentes a essa área de gestão;

X-Representar a Câmara junto ao Prefeito, as autoridades federais, estaduais e distritais e perante as entidades privadas em geral;

XI-Credenciar agente de imprensa, rádio e televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;

XII - Fazer expedir convites para as reuniões solenes da Câmara Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a honraria.

XIII-Autorizar a realização de audiências públicas em dias e horas prefixados.

XIV-requisitar força, quando necessária a preservação da regularidade de funcionamento da Câmara.

XV-Empossar vereadores retardatários e suplentes e declarar empossados o Prefeito e o Vice-prefeito.

XVI-Declarar extintos o mandato do Prefeito e de seu substituto legal;

XVII-Declarar destituído membro de comissão permanente e especial, nos casos previstos neste Regimento;

XVIII - Designar os membros das comissões especiais e os seus substitutos e preencher vagas nas comissões permanentes;

XIX - Convocar formal ou verbalmente os membros da Mesa, para as reuniões previstas neste Regimento;

XX - Dirigir as atividades legislativas da Câmara em conformidade com as normas legais e deste Regimento Interno, praticando todos os atos que explicita ou implicitamente não caibam ao Plenário, á Mesa em conjunto, às comissões ou a qualquer de seus integrantes, individualmente considerados, e, em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar as reuniões da sessão legislativa extraordinária da Câmara, na forma deste Regimento Interno.

b) convocar as reuniões extraordinárias da sessão legislativa ordinárias, de acordo com o disposto neste Regimento Interno.

- c) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos.
- d) abrir, presidir e encerrar as reuniões da Câmara e suspendê-las, quando necessário.
- e) determinar a leitura, pelo secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do expediente de cada reunião.
- f) administrar o tempo de duração do expediente e da ordem do dia e o tempo dos oradores inscritos, anunciando-lhe o término;
- g) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos oradores, cassando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;
- h) levar os precedentes regimentais à Plenário e resolver as questões de ordem;
- i) interpretar o Regimento Interno, sem prejuízo de competência do Plenário para deliberar a respeito, se o requerer qualquer vereador;
- j) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;
- k) proceder à verificação de quorum, nos termos deste Regimento Interno;
- l) encaminhar os processos e o expediente às comissões permanentes, para parecer, controlando-lhe o prazo, o qual, caso esgotado sem pronunciamento, nos casos previstos neste Regimento Interno, ensejará a nomeação de relator adhoc.

XXI - Praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

- a) receber as mensagens de propostas legislativas, fazendo as protocolizações;
- b) encaminhar ao Executivo, por ofício, os projetos de leis aprovados e comunicar os projetos de sua iniciativa não aprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
- c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e diligenciar para que seus auxiliares compareçam à Câmara para explicações, quando convocados regularmente.

XXII-Ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordem de pagamento, juntamente com o servidor encarregado do movimento financeiro;

XXIII-Determinar licitação para contratação administrativa de competência da Câmara Municipal.

XXIV-Administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, concessão de férias e de licença, e outras atribuições de vantagens legalmente autorizadas, aos seus servidores e, ainda;

- a) determinar a apuração de responsabilidades administrativas aos servidores faltosos e lhes aplicar as respectivas penalidades.
- b) julgar os recursos hierárquicos de servidores da Câmara;
- c) praticar quaisquer outros atos atinentes a essa área de sua gestão.

XXV-Exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com atividades da Câmara Municipal dentro ou fora do recinto da Câmara.

XXVI-Dar provimento aos recursos que forem da sua competência, de acordo com este Regimento Interno.

XXVII-Fazer publicar, ao final de cada quadrimestre, relatórios de gestão fiscal, na forma da legislação pertinente.

XXVIII-Zelar pelo cumprimento dos deveres dos vereadores, bem como tomar as providencias necessárias à defesa dos seus direitos.

Art. 41. Competem ao Vice-presidente da Câmara, dentre outras atribuições as seguintes:

I-Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as Resoluções e os Decretos Legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo:

II-Promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente e em prazo razoável, as Leis quando o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de fazê-lo.

Art. 42. Competem ao Secretario, dentre outras atribuições, as seguintes:

I- Proceder à chamada dos vereadores nas ocasiões determinada pelo presidente e nos casos previstos neste Regimento, assinando as respectivas folhas.

II- Ler a ata e a matéria do expediente, bem como as proposições e demais papéis sujeitos ao conhecimento ou deliberação do Plenário;

III- Determinar o recebimento e zelar pela guarda das proposições e documento entregue à mesa, para conhecimento e deliberação do Plenário.

IV- Constatar a presença dos vereadores ao se abrir a reunião, confrontando-a com a folha de presença, anotando os presentes e os ausentes, com causa justificada ou não, consignando, ainda outras ocorrências sobre o assunto, assim como encerrar a referida folha ao final de cada reunião.

V- Receber e determinar a elaboração de toda a correspondência oficial da Câmara, sujeitando-a ao conhecimento, apreciação e assinatura do Presidente.

VI- Fazer a inscrição dos oradores;

VII- Superintender a redação da ata, resumindo os trabalhos da reunião e assinando-a juntamente com o Presidente;

VIII- Secretariar as reuniões da Mesa redigindo as respectivas atas;

IX- Redigir as atas das reuniões secretas e efetuar as transcrições necessárias;

X- Assinar, com o Presidente, os atos da Mesa e os autógrafos destinados à sanção;

Art.43. É facultado á Mesa, a qualquer de seus Membros e às demais autoridades responsáveis pelos serviços administrativos da Câmara, delegar competência para a prática de atos administrativos.

Parágrafo único - O ato de delegação indicará com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegatária e as atribuições objeto de delegação.

SEÇÃO VI DAS CONTAS

Art.44. As contas do Poder Legislativo compor-se-ão de:

I - Balancetes mensais, relativos aos recursos financeiros recebidos e aplicados, que deverão ser apresentadas ao plenário pelo Presidente, até o dia 20 do mês seguinte ao vencido:

II – Balanço anual e geral, que deverá ser enviado ao Prefeito para fins de encaminhamento ao Tribunal de Contas, até o dia 1º de março do exercício seguinte.

Parágrafo único - Os balancetes e o balanço anual, assinados pelo Presidente, serão publicados em jornal oficial do Município e, na ausência deste, em jornal local e no quadro de avisos da Câmara Municipal.

CAPÍTULO III DO PLENÁRIO

Art. 45. Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de vereadores em exercício, em local forma e número estabelecidos neste Regimento.

§ 1º. O local é o recinto de sua sede.

§2º. A forma legal para deliberar é a reunião.

§3º. Quorum é o numero determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para realização das reuniões e para as deliberações.

§4º. Integra o Plenário o suplente de vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§5º. Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito.

Art.46. As deliberações do Plenário dar-se-ão sempre por voto aberto, ressalvado o disposto no Artigo 308 e 309 deste Regimento Interno.

Art.47. As reuniões das sessões legislativas ordinárias e extraordinárias da Câmara realizar-se-ão na sala do plenário podendo realizar-se fora do recinto da Câmara, mediante requerimento da Mesa Diretora, aprovado por maioria dos votos dos vereadores, realizando-se, obrigatoriamente, em local amplo, com as portas abertas e com vasta divulgação.

Parágrafo único: Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, a Mesa Diretora designará outro local para realização das reuniões com ampla divulgação e atendendo aos dispositivos deste Regimento.

Art.48. Durante as reuniões somente os vereadores, deste que convenientemente trajados, poderão permanecer no recinto do Plenário.

§1º. A critério do Presidente serão convocados os funcionários da Secretaria Administrativa, necessários ao andamento dos trabalhos.

§2º. O convite da presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer vereador, poderá assistir os trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais, personalidades homenageadas e representantes credenciados da imprensa escrita e falada, que terão lugar reservado para esse fim bem como pessoas convidadas para discorrer sobre matéria incluída na ordem do dia.

§3º. A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo vereador que o Presidente designar para esse fim.

§4º. O visitante poderá, a critério da Presidência e pelo tempo, por esta determinado, discursar para agradecer a saudação que lhe for feita.

Art.49. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:

- I- Elaborar as leis municipais sobre matérias de competência do Município;
- II- Discutir e votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;
- III- Apreciar os vetos, rejeitando-os ou mantendo-os;
- IV- Aprovar Lei que fixe ou revise os subsídios do Prefeito, vice-prefeito e dos Secretários Municipais.
- V- Autorizar, sob a forma de lei, observadas as normas constantes das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais Leis incidentes, os seguintes atos e negócios administrativos, dentre outros:
 - a) - Abertura de crédito adicional:
 - b) - Realização de operação de crédito:
 - c) - Alienação e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais:
 - d) - Concessão e permissão de serviço público, exceto nos casos de serviços de saneamento e limpeza urbana.
- VI- Expedir Decretos Legislativos quanto aos assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:
 - a) - Perda do mandato do Prefeito e de vereador:
 - b) - Aprovação ou rejeição das contas do Município:
 - c) - Consentimento para o Prefeito se ausentar do Município por prazo superior a 15 (quinze) dias e em viagem para o exterior;
 - d) - Atribuição de homenagem a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade:
- VII- Expedir resoluções sobre assuntos de interna corporis, notadamente quanto aos seguintes:
 - a) - Alteração deste Regimento Interno;

b) - Julgamento de recursos de sua competência, nos casos previstos neste regimento

c) Fixação e revisão do subsídio dos vereadores:

VIII- Processar e julgar o vereador pela prática de falta ético-parlamentar;

IX- Processar e julgar o Prefeito pela prática de infração político-administrativa;

X- Solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos da administração quando delas necessite;

XI- Convocar os secretários Municipais ou responsáveis pela administração indireta para prestar informações, nos termos deste Regimento;

XII- Eleger a Mesa bem como destituir os seus membros, na forma e nos casos previstos neste Regimento;

XIII- Autorizar a transmissão das reuniões da Câmara.

CAPÍTULO IV DAS COMISSÕES

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.50. As comissões, órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre as matérias submetidas à sua apreciação, serão permanentes ou temporárias.

Art.51. Na constituição de cada comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares com representação na Câmara Municipal.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES PERMANENTES SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

Art.52. As Comissões Permanentes são as que subsistem através da legislatura e tem por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame e sobre eles exarar parecer.

Art.53. As Comissões Permanentes serão de, no mínimo, três compostas cada uma de 4 (quatro) membros sendo 1(um) suplente, com as seguintes denominações:

I- Legislação, Justiça e Redação;

II- Finanças, Orçamento e Fiscalização;

III- Serviços Públicos (educação, saúde, seguridade social, cultura, esporte, lazer, planejamento ambiental e obras).

Art.54. As Comissões Permanentes serão constituídas na primeira reunião da sessão legislativa ordinária, observado o disposto neste Regimento Interno.

Art.55. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos na reunião seguinte à da eleição da Mesa, por um período de 2 (dois) anos, mediante escrutínio público, considerando-se eleito, em caso de empate, o vereador:

- I- Do partido ainda não representado em outra Comissão:
- II- Ainda não eleito para nenhuma comissão; ou,
- III- Mais votado nas eleições municipais.

Art.56. Os suplentes, no exercício temporário da vereança, e o Presidente da Câmara não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

Parágrafo único . O Vice-Presidente da Mesa, no exercício da Presidência nos casos previstos neste Regimento Interno, não poderá atuar como membro nas Comissões Permanentes que pertencer, enquanto persistir a substituição.

Art.57. No ato de composição das Comissões Permanentes figurará sempre o nome do vereador efetivo, ainda que licenciado.

Art.58. Todo vereador deverá fazer parte de, pelo menos uma Comissão Permanente como membro efetivo e poderá ainda, cumulativamente, ser membro suplente de outra, ressalvado o disposto neste Regimento.

Art.59. O preenchimento das vagas ocorridas nas Comissões, nos casos de impedimento, destituição ou renúncia, será, apenas, para completar o período referente a vaga aberta.

Art.60. As modificações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas dos partidos, que importem modificações da proporcionalidade partidária na composição das Comissões só prevalecerão a partir do ano subsequente.

SUBSEÇÃO II DA COMPETÊNCIA

Art. 61. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe dentre outras atribuições previstas neste Regimento Interno:

- I- Estudar proposições e outras matérias submetidas aos seus exames apresentando, conforme o caso:
 - a)-Parecer,
 - b)-Substitutivos ou emendas;
 - c)-Relatório conclusivo sobre as averiguações e inquéritos.
- II- Promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesse público,
- III- Tomar a iniciativa de elaboração de Proposições ligadas ao estudo de tais assuntos decorrentes de indicações da Câmara ou de dispositivos regimentais.
- IV- Redigir o voto vencido em primeira discussão ou em discussão única e oferecer redação final aos projetos, de acordo com o seu mérito, bem como, quando for o caso, propor a reabertura da discussão nos termos regimentais.

V- Realizar audiências públicas, nos termos deste Regimento Interno e legislação pertinente.

VI- Convocar os secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições no exercício de suas funções fiscalizadoras, nos termos deste regimento interno;

VII- Receber petições, reclamações, representações ou queixas de associações e entidades comunitárias ou de qualquer pessoa contra atos e omissões de autoridades públicas municipais;

VIII- Fiscalizar, nos termos deste Regimento Interno, a regularidade, a eficiência e a eficácia dos órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais;

IX- Acompanhar, junto ao Executivo, atos de regulamentação, velando por sua completa adequação;

X- Acompanhar, junto ao Executivo, a elaboração das propostas das Leis orçamentárias, bem como a sua posterior execução;

XI- Solicitar informações e depoimentos de autoridades ou cidadãos;

XII- Apreciar programas de obras, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

Parágrafo único: Os projetos e demais proposições distribuídos às Comissões, serão examinados por relator; designado ou quando for o caso, por subcomissão, que emitirá parecer sobre o mérito.

Art.62. Competem à Comissão de Legislação, Justiça e Redação:

I - Manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições que tramitam pela Câmara, ressalvadas as propostas de Leis orçamentárias e os pareceres do Tribunal de Contas citando, necessariamente, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.

Art.63. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização:

I - Examinar e emitir pareceres sobre projetos de Leis e matérias relativas:

a) ao plano plurianual, às Diretrizes orçamentárias, ao orçamento e aos créditos adicionais.

b) Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, bem como exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária;

c) Receber as emendas às propostas de leis orçamentárias e sobre elas emitir parecer para posterior apreciação do plenário;

d) Elaborar a redação final das propostas de lei orçamentárias;

e) Opinar sobre proposições referentes às matérias tributárias, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outro que, direta ou indiretamente, altera a despesa ou a receita do Município e acarretem responsabilidades para o Erário Municipal;

f) Obtenção de empréstimos junto à iniciativa privada.

g) Examinar e emitir parecer sobre o parecer prévio do tribunal de Contas do Estado, relativo às contas municipais;

h) Examinar e emitir parecer sobre proposições que fixem e revisem os vencimentos do funcionalismo e as remunerações do prefeito, vice-prefeito, secretários Municipais e vereadores;

II - Examinar e emitir pareceres sobre todas as proposituras que direta ou indiretamente, representem modificação patrimonial do município.

III - Realizar audiência pública para avaliar as metas fiscais a cada quadrimestre.

Art.64. Compete à Comissão de Serviços Públicos (educação, saúde, seguridade social, cultura, esporte, lazer, planejamento ambiental e obras):

I - Examinar e emitir parecer sobre os processos referentes à educação e ao ensino, em especial sobre:

- a) O sistema municipal de ensino;
- b) Concessão de bolsas de estudos com finalidade de assistência às pesquisas tecnológicas e científica para o aperfeiçoamento do ensino;
- c) Programas de merenda escolar;
- d) Gestão da documentação oficial e patrimonial arquivístico local;
- e) Preservação da memória do Município no plano estético e paisagístico, do seu patrimônio histórico, cultural, artístico e arquitetônico;
- f) Concessão de títulos honoríficos, outorga de honrarias, prêmios ou homenagens às pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município.

II - Examinar e emitir parecer sobre processos referentes à saúde, assistência social e previdência, em especial sobre:

- a) Sistema único de saúde;
- b) Vigilância epidemiológica e nutricional;
- c) Programas de proteção ao idoso, à mulher, à criança, ao adolescente e ao portador de deficiência;
- d) Regime próprio de previdência complementar dos servidores efetivos, quando e se for o caso.

III - Examinar e emitir parecer sobre os processos e matérias referentes às atividades esportivas, turísticas e de lazer e, em especial sobre:

- a)- Serviços e equipamentos esportivos, recreativos e de lazer voltados à prática desportiva e entretenimento da comunidade;

IV - Examinar e emitir parecer sobre os processos e matérias referentes ao planejamento ambiental, urbano e rural, em especial sobre:

- a) Flora, fauna, recursos naturais, saneamento, poluição, contaminação, radiação, ou qualquer outro que possa comprometer o equilíbrio ecológico ou degradação ambiental;

- b) Cadastro territorial do Município, planos gerais e parciais de urbanização ou reurbanização, uso e ocupação do solo;
- c) Criação, organização ou supressão de distritos e subdistritos, divisão do território em áreas administrativas;
- d) Plano Diretor;
- e) Atividades econômicas desenvolvidas no Município;
- f) Abastecimento de produtos;
- g) Denominação e alteração de próprios, vias e logradouros públicos.

V – Appreciar emitir parecer sobre obras públicas em especial sobre:

- a)- Todos os processos atinentes à realização de obras e serviços públicos, bem como o uso, gozo, venda, hipoteca, permuta, outorga de concessão administrativa ou direto real de uso de bens imóveis de propriedade do Município.
- b)- Serviços de utilidade pública, sejam ou não objeto de delegação contratual, planos habitacionais elaborados ou executados pelo Município diretamente ou por intermédio de autarquias ou órgãos paraestatais.
- c) Obras e serviços públicos realizados ou prestados pelo Município, diretamente ou por intermédio de autarquias ou órgãos paraestatais;
- d) transportes, coletivos e individuais, frete, carga, utilização das vias urbanas, estradas municipais, bem como a sinalização correspondente;

Art.65. È vedado às comissões Permanentes, ao apreciarem Proposição ou qualquer matéria submetida ao seu exame, opinar sobre aquelas que não sejam de suas atribuições específicas.

Art.66. É obrigatório o parecer das Comissões Permanentes nos assuntos de sua competência, ressalvados os casos previstos neste Regimento.

SUBSEÇÃO III

DO PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIO E SUPLENTE

Art.67. As Comissões Permanentes, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger seus respectivos Presidentes, vice-presidentes, secretários e suplentes.

Art.68. Ao Presidente da Comissão Permanente compete:

- I- Convocar todos os integrantes da Comissão para as reuniões, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, prazo este dispensado caso, no ato de convocação, estejam todos os presentes;
- II- Convocar audiências públicas, ouvida a Comissão;
- III- Presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;
- IV- Convocar reuniões extraordinárias de ofício ou a requerimento da maioria dos membros da comissão;
- V- Receber as matérias de competência da comissão e dar o devido encaminhamento.

- VI- Submeter à votação as questões da competência da comissão, debater e proclamar o resultado.
- VII- Zelar pela observância dos prazos concedidos à comissão
- VIII- Conceder vista individual ou coletiva, das proposições em regime de tramitação ordinária aos membros da Comissão pelo prazo máximo de 3 (três) dias;
- IX- Representar a Comissão nas relações com a Mesa e com o Plenário;
- X- Resolver na forma regimental todas as questões de ordem suscitadas nas reuniões da comissão.
- XI- Enviar à Mesa as matérias da competência da comissão destinadas ao conhecimento do Plenário;
- XII- Solicitar ao Presidente, mediante ofício, providências junto às lideranças Partidárias, no sentido de serem indicados substitutos para os membros da Comissão em caso de vaga, licença ou impedimento;
- XIII- Anotar no livro de presença da comissão o nome dos membros presentes e faltosos, o resumo da matéria tratada e a conclusão a que tiver chegado à comissão, rubricando a folha ou folhas respectivas.
- XIV- Avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo regimental.

Parágrafo único - As Comissões Permanentes não poderão se reunir durante a fase de ordem do dia das reuniões da Câmara.

Art. 69. O Presidente da Comissão Permanente terá direito a voto, em caso de empate.

Art.70. Dos atos do presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, recurso ao Plenário obedecendo-se o previsto neste Regimento Interno.

Art.71. Quando duas ou mais Comissões Permanentes apreciarem qualquer matéria em reunião conjunta, a presidência dos trabalhos caberá ao presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Parágrafo único: Na ausência do presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, a reunião conjunta a que se refere o caput deste artigo será presidida pelo vereador mais votado entre os presentes.

Art.72. Ao vice-presidente compete substituir o presidente da Comissão Permanente em suas ausências, faltas, impedimentos e licenças.

Parágrafo único: O Vice-presidente auxiliará o Presidente sempre que por ele convocado, cabendo-lhe representar a Comissão por delegação pessoal do presidente.

Art.73. Os Presidentes das Comissões Permanentes poderão se reunir mensalmente, sob a presidência do presidente da Câmara, para examinar assuntos de interesse comum das Comissões e determinar providências para o melhor e mais rápido andamento das proposições.

Art.74. Ao Secretário da Comissão Permanente compete:

- I- Fazer observar os prazos regimentais dos processos que tramitam na Comissão;
- II- Proceder à leitura das correspondências recebidas pela Comissão.

SUBSEÇÃO IV DAS REUNIÕES

Art. 75. As Comissões Permanentes reunir-se-ão no recinto da Camara Municipal:

- I- Ordinariamente, em dia e horário previamente definido pela maioria de seus membros e confirmado por ato formal da Mesa Diretora.
- II- Extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocações de ofício pelos respectivos presidentes ou a requerimento da maioria dos membros da Comissão, mencionando-se, em ambos os casos, a matéria a ser apreciada.

§1º- Quando a Câmara estiver em recesso, as comissões só poderão se reunir em caráter extraordinário, para tratar de assunto relevante e inadiável.

§2º- As comissões não poderão se reunir no decorrer das reuniões ordinárias da Câmara.

§3º - O horário das reuniões ordinárias das Comissões previstos neste Regimento poderá sofrer alterações, mediante consenso entre todos os membros da respectiva Comissão, constando a deliberação em ata e, da mesma forma, confirmado por ato formal da Mesa Diretora.

Art.76. As Comissões Permanentes devem se reunir em local e horário destinados a esse fim, com a presença da maioria absoluta de seus membros.

Art.77. Salvo deliberação em contrário de 2/3 (dois terços) de seus membros, as reuniões das Comissões serão públicas.

Parágrafo único: Nas reuniões secretas só poderão estar presentes os membros da Comissão e as pessoas por ela convocadas.

Art.78. Das reuniões das Comissões serão lavradas as atas com o sumário do que nela houver ocorrido assinada pelos membros presentes.

Parágrafo único: As atas das reuniões secretas, uma vez aprovadas, depois de rubricadas em todas as folhas e assinadas pelo presidente, vice-presidente e secretário, serão recolhidas aos arquivos da Câmara.

Art.79. Poderão participar das reuniões das Comissões Permanentes, técnicos de reconhecida competência na matéria ou representante de entidades idôneas, em condições de propiciar esclarecimentos sobre o assunto submetido à sua apreciação.

Parágrafo único: O convite de que trata o caput será formulado pelo presidente da Comissão por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer vereador.

SUBSEÇÃO V DOS TRABALHOS

Art.80. As comissões somente deliberarão com a presença da maioria de seus membros.

Art.81. Salvo as exceções previstas neste Regimento Interno, cada Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias para emitir parecer sobre qualquer matéria, prorrogável por igual período, pelo presidente da Câmara, mediante requerimento devidamente fundamentado.

§ 1º. O prazo previsto neste artigo começará a correr na data em que o processo der entrada na Comissão.

§ 2º. O Presidente da Comissão, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, designará os respectivos relatores.

§3º. O relator terá o prazo improrrogável de 10(dez) dias para se manifestar, por escrito, a partir da data da distribuição.

§4º. Em caso de pedido de vista, será concedido vista pelo prazo máximo e improrrogável de (três) dias corridos observados o limite dos prazos estabelecidos no caput deste Artigo.

§ 5º. Não serão aceitos pedidos de vista de processos em fase de redação de acordo com o voto vencido em primeira discussão, nem em fase de redação final.

Art.82. Decorridos os prazos previstos no Artigo anterior, deverá o processo ser devolvido à secretaria, com ou sem parecer, na falta deste, o Presidente da Comissão declarará o motivo.

Art.83. Dependendo do parecer de exame de qualquer outro processo ainda não entregue à Comissão, deverá seu Presidente requisitá-lo ao Presidente da Câmara.

§1º Na hipótese prevista no caput deste Artigo, os prazos estabelecido neste Regimento Interno ficarão sem fluência por 10 (dez) dias corridos, no máximo a partir da data da requisição.

§2º. A entrada do processo requisitado pela Comissão antes de decorrido o prazo a que se refere o parágrafo anterior dará continuidade à fluência do prazo interrompido.

Art. 84. Caso o parecer dependa da realização de audiência pública, os prazos estabelecidos neste Regimento Interno ficam sobrestados por 15 (quinze) dias úteis para a sua realização.

Art. 85. Decorridos os prazos de todas as Comissões para as quais tenham sido enviados, poderão os processos ser incluídos na ordem do dia, com ou sem parecer, pelo Presidente da Câmara, de ofício, ou a requerimento de qualquer vereador, independente do pronunciamento do Plenário.

Pra grafo único: Para os fins do disposto neste Artigo, o Presidente da Câmara, se necessário, determinará a pronta tramitação do processo.

Art.86. As Comissões Permanentes deverão solicitar do Executivo, por intermédio do Presidente da Câmara, todas as informações julgadas necessárias, desde que se refiram as proposições sob a sua apreciação.

§1º. O pedido de informações dirigido ao Executivo interrompe os prazos previstos neste Regimento Interno.

§2º. A interrupção mencionada no parágrafo anterior cessará ao cabo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que for expedido o respectivo ofício, se o Executivo, dentro deste prazo, não tiver prestado as informações requisitadas.

§3º. A remessa das informações antes de decorrido os 15 (quinze) dias dará continuidade ao prazo interrompido.

§4º. Além das informações prestadas, somente serão incluídos no processo sob exame da Comissão Permanente os respectivos pareceres e as transcrições das audiências públicas realizadas.

Art.87. Quando qualquer processo for distribuído a mais de uma comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, ouvido em primeiro lugar a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, quando ao aspecto legal ou constitucional e, por último, a de Orçamento e Finanças quando for o caso.

Parágrafo único: No caso deste Artigo, os expedientes serão encaminhados de uma comissão para outra pelo respectivo presidente.

Art.88. Mediante comum acordo de seus Presidentes, poderão as Comissões permanentes realizar reuniões conjuntas para exames de proposições ou qualquer matéria a elas submetidas, facultando-se neste caso, a apresentação de parecer conjunto.

Art.89. A manifestação de uma Comissão sobre determinada matéria não exclui a possibilidade de nova manifestação mesmo em proposição de sua autoria, se o Plenário assim deliberar.

Art. 90. O recesso da Câmara interrompe todos os prazos considerados nesta subseção.

Parágrafo único: A interrupção disposta no caput deste Artigo se aplica aos projetos com prazo para apreciação previsto neste Regimento Interno.

SUBSEÇÃO VI DOS PARECERES

Art.91. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§1º- Salvo os casos expressamente previstos neste Regimento, o parecer será escrito e constará de 3 (três) partes:

I- Relatório, em que se fará exposição da matéria em exame;

II- Conclusão, em que o relator, em termos sintéticos, expressará sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria, e quando for o caso, oferecer-lhe-à substitutivos ou emendas;

III- Decisão, em que a Comissão por meio da assinatura de seus membros, votará a favor ou contra a matéria.

§2º- É dispensável o relatório nos pareceres substitutivos ou emendas.

§3º- O Presidente da Câmara devolverá à Comissão o parecer escrito que não atenda às exigências deste Artigo, para o fim de ser devidamente redigido.

Art.92. Os pareceres verbais dados em plenário, bem como suas retificações, nos casos expressos neste regimento interno, obedecerão às seguintes normas;

I- O Presidente da Câmara convidará o Presidente da Comissão a relatar ou designar relator para a proposição;

II- O Presidente da Comissão ou o relator designado dará o parecer e, se não houver qualquer manifestação contrária por partes dos demais membros da Comissão presentes no Plenário, será tido como a decisão final sobre a matéria;

III- Havendo manifestação contrária imediata, de qualquer membro da comissão presente no plenário, o Presidente da Câmara Municipal tomará os votos dos membros da Comissão presentes, sendo considerado como parecer o resultado da maioria dos votos obtidos.

IV- Na hipótese do inciso anterior, será assegurado ao membro da Comissão o tempo de 15(quinze) minutos para prolatar seu voto em separado.

V- No caso de empate prevalecerá o voto do presidente da Comissão ou relator designado.

Art.93. Os membros das Comissões Permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação do relator, mediante voto.

§1º- O relatório somente será transformado em parecer, se aprovado pela maioria dos membros da comissão.

§2º- A simples aposição da assinatura, sem qualquer outra observação, implicará a concordância total do signatário com a manifestação do relator.

§3º- Poderá o membro da Comissão Permanente exarar voto fundamentado em separado:

I- Pelas conclusões, quando favorável às conclusões do relator, mas com diversa fundamentação;

II- Aditivo, quando favorável às conclusões do relator, mas acrescente novos argumentos à sua fundamentação;

III- Contrário às conclusões do relator.

§4º- O voto do relator não acolhido pela maioria dos membros da Comissão constituirá voto vencido.

§5º- O voto em separado, divergente ou não das conclusões do relator, desde que acolhido pela maioria da Comissão passará a constituir seu parecer.

Art.94. Para emitir parecer verbal, nos casos expressamente previstos neste regimento, o relator, ao fazê-lo indicará sempre os nomes dos membros da comissão ouvidos e declara quais os que se manifestaram favoráveis e quais os contrários a proposição.

Art.95. Concluído o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer proposição, deverá ser submetido ao plenário, para que em discussão e votação única, seja apreciada essa preliminar.

Parágrafo único: Aprovado o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação que conclui pela inconstitucionalidade ou legalidade da proposição, será arquivado e quando rejeitado o parecer, encaminhado às demais comissões.

Art.96. O Projeto de Lei que receber parecer contrário de todas as comissões quanto ao mérito será tido como rejeitado, salvo quando o Plenário deliberar em contrário.

SUBSEÇÃO VII DA VACÂNCIA, LICENCIAMENTO E IMPEDIMENTOS

Art.97. A vacância das Comissões Permanente verificar-se-á com a:

- I- Renúncia.
- II- Destituição.
- III- Perda de mandato do vereador.

Art.98. A Renúncia de qualquer membro da Comissão Permanente será ato irrevogável, desde que formulada por escrito e dirigida à Presidência da Câmara.

Art.99. Os membros das comissões Permanentes serão destituídos caso deixem de comparecer, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, não mais podendo participar de qualquer Comissão permanente até o final da sessão legislativa.

Parágrafo único. As faltas às reuniões das Comissões Permanentes deverão ser justificadas, no prazo de 5(cinco) dias da ocorrência do justo motivo, aplicando-se, neste caso, a regra regimental sobre as faltas dos vereadores.

Art.100. A destituição do cargo na Comissão Permanente dar-se-á por simples representação de qualquer vereador, dirigida ao presidente da Câmara, que, após comprovar a ocorrência das faltas e a ausência de justificativa em tempo hábil, observado devido processo legal, declarará-lo-o vago.

Art.101. O Presidente de Comissão Permanente poderá ser destituído quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, mediante processo sumário que respeitará o devido processo legal, iniciando por representação subscrita por qualquer vereador, cabendo a decisão final ao presidente da Câmara.

Art.102. O vereador que se recusar a participar das Comissões Permanentes, ou for renunciante ou destituído de qualquer delas não poderá ser nomeado para integrar Comissão de Representação até o final da sessão legislativa.

Art.103. No caso de licença ou impedimento de qualquer membro das Comissões Permanentes, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, mediante indicação do líder do partido a que pertença o vereador licenciado ou impedido.

Parágrafo único: A substituição perdurará enquanto persistir a licença ou o impedimento.

SEÇÃO III
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS
SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 104. Comissões Temporárias são aquelas constituídas com finalidades especiais e que se extinguem com o término da legislatura, ou antes, dela, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Art. 105. As comissões temporárias poderão ser:

- I- Especiais.
- II- De Representação;
- III- De Investigação e Processante;
- IV- Parlamentares de Inquérito.

SUBSEÇÃO II
DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 106. As Comissões Especiais são aquelas destinadas á elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e a tomada de posição da Câmara em assuntos de reconhecida relevância.

§1º- As comissões especiais serão constituídas mediante apresentação de Projeto de Resolução, aprovado por maioria simples.

§2º- o Projeto de Resolução que alude o parágrafo anterior, independentemente de parecer, terá uma única discussão e votação na ordem do dia da mesma reunião de sua apresentação.

§3º- O Projeto de Resolução que propõe a constituição da Comissão Especial deverá indicar, necessariamente;

- a)- a finalidade, devidamente fundamentada,
- b)- o numero de membros, não superior a 4 (quatro) incluindo um suplente
- c)- o prazo de funcionamento.

§4º - Ao Presidente da Câmara caberá indicar os vereadores que comporão a Comissão Especial.

§5º- A Comissão Especial será presidida pelo único ou primeiro dos signatários da resolução que a criou, quando dela não faça parte o Presidente ou Vice- presidente da Câmara.

§6º- Concluídos seus trabalhos, a Comissão Especial elaborará parecer sobre a matéria que será protocolizada na secretaria da Câmara, para sua leitura em plenário, na primeira reunião ordinária subsequente.

§7º- A secretaria da Câmara extrairá cópia do parecer para o vereador que a solicitar.

§8º- Se a Comissão Especial deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecidos, ficará automaticamente extinta salvo se o plenário houver aprovado, em tempo hábil prorrogação de seu prazo de funcionamento através de Projeto de Resolução.

§9º- Não caberá constituição de Comissão Especial para tratar de assuntos de competências de qualquer das Comissões Permanentes.

SUBSEÇÃO III DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art.107. As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive participação em congressos.

§1º- As Comissões de Representação serão constituídas:

- I- Mediante Projetos de Resolução, aprovado por maioria simples dos vereadores e submetido à discussão e votação única na ordem do dia da reunião seguinte à de sua apresentação, se acarretar despesas;
- II- Mediante simples requerimento, submetido à discussão e votação única na fase do expediente da mesma reunião de sua apresentação, quando não acarretar despesas.

§2º- No caso do inciso I, do parágrafo anterior, será obrigatoriamente ouvida a Comissão de Orçamento e Finanças, no prazo de 3 (três) dias, contados da apresentação do projeto respectivo.

§3º- Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:

- a) A finalidade;
- b) O número de membros não superior a 4(quatro) incluindo um suplente;
- c) O prazo de duração.

§4º- Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara.

§5º- A Comissão de Representação será presidida pelo único ou primeiro dos signatários da resolução que a criou, quando dela não faça parte o Presidente ou Vice-presidente da Câmara.

§6º- Os membros da Comissão de Representação poderão requerer licença ao presidente, quando necessária.

§7º- Os membros da Comissão de Representação, constituída nos termos desta subseção, deverão apresentar ao plenário relatório das atividades desenvolvidas

durante a representação, bem como a prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo máximo de dez (10) dias após o seu término.

SUBSEÇÃO IV
DAS COMISSÕES DE INVESTIGAÇÃO E PROCESSANTE

Art.108. As comissões de investigação e processante serão constituídas com as seguintes finalidades:

- I- Apurar infrações político-administrativas do Prefeito;
- II- Apurar as faltas ético-parlamentares dos vereadores;
- III- Apurar as faltas que acarretarem a destituição dos membros da Mesa Diretora.

Art.109- Os trabalhos das comissões de investigação e processante serão regidos pelo disposto na Lei Orgânica municipal.

SUBSEÇÃO V
DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Art.110- As Comissões Parlamentar de Inquérito serão instaladas na forma e com os poderes previstos na Lei Orgânica municipal.

§1º- A denúncia sobre irregularidade e a indicação de provas a serem produzidas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da comissão parlamentar de inquérito.

§2º- O requerimento de constituição deverá conter, ainda:

- a) A finalidade para a qual se constitui, devidamente fundamentada e justificada;
- b) O prazo de funcionamento, que não poderá ser superior a 90(noventa) dias;
- c) A indicação se for o caso, dos vereadores que servirão como testemunhas.

Art.111. Aprovado o requerimento nos termos do Artigo anterior, a Comissão parlamentar de inquérito, que será composta de 4 (quatro) membros sendo um suplente, será constituída por ato da presidência, que nomeará os membros desta comissão por indicação das lideranças dos partidos e ou blocos parlamentares;

§1º. Considerar-se-ão impedidos de atuar nesta comissão, os vereadores que tiverem interesse pessoal na apuração e, ainda aqueles que forem indicados no requerimento de constituição para servir como testemunhas.

§2º. O primeiro signatário do requerimento que propôs a constituição da comissão parlamentar de inquérito fará parte, obrigatoriamente, de seus trabalhos, como um de seus membros.

§3º. Não havendo acordo das lideranças no tocante à indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, proceder-se-á escolha por eleição, votando cada vereador, inclusive o Presidente da Câmara, em um único nome para membro da comissão parlamentar de inquérito, sendo eleitos os vereadores mais votados.

Art.112. Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver em funcionamento na Câmara Municipal outra comissão apurando denúncias ou fatos idênticos.

Art.113. Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito seus membros elegerão na primeira reunião realizada e dentre os vereadores nomeados, o Presidente e respectivo relator.

Parágrafo único: Ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito é atribuída a competência de representar a comissão.

Art.114. A Comissão Parlamentar de Inquérito reunir-se-á preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal, cabendo ao seu Presidente determinar as datas e horários das reuniões.

§1º- Fica facultado ao presidente da comissão requisitar, se for o caso, funcionários da Câmara, para secretariarem seus trabalhos.

§2º. Em caso excepcional, e devidamente justificado, poderá o Presidente da comissão requisitar ao presidente da Câmara o assessoramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, por profissionais técnicos na matéria em exame, deste que a própria Câmara municipal não disponha de tal funcionário em seus quadros.

Art.115. As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

§1º. As convocações para as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, deverão ser recebidas pelos seus membros com antecedência mínima de 24(vinte quatro) horas, salvo em caso de reunião extraordinária, desde que justificada a urgência da convocação.

§2º. Seus membros, em caso de ausência, deverão justificar o motivo do não comparecimento ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, na primeira reunião subsequente à ausência.

Art.116. No exercício de suas atribuições e no interesse da investigação, poderá, ainda, a comissão parlamentar de inquérito, por meio de seu Presidente.

- I- Determinar as diligências que se fizeram necessárias aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito;
- II- Convocar e tomar depoimento de autoridades municipais, bem como de qualquer cidadão, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso.
- III- Requirir dos responsáveis pelas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas a exibição de documentos e prestação dos esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos.
- IV- Requirer a intimação judicial ao juízo competente e nos termos da legislação pertinente, quando do não comparecimento do intimado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito por 02 (duas) convocações consecutivas.

Art.117. Todos os documentos encaminhados à Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como convocações, atos da presidência da comissão e diligência, serão transcritos

e autuados em processos próprios, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que será seu responsável, até o término dos seus trabalhos.

Parágrafo único: Dos depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas inquiridas, além da assinatura dos membros presentes ao ato, deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura do depoente.

Art.118. O desatendimento às disposições contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, sem motivo justificado, faculta ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar a intervenção do Poder Judiciário, na forma da legislação pertinente.

Art.119. Se a Comissão Parlamentar de Inquérito não concluir os seus trabalhos dentro do prazo regimental estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o plenário houver aprovado, por maioria absoluta e antes do término do prazo, a requerimento de membro da comissão, a prorrogação do prazo para seu funcionamento.

§1º. O requerimento que solicitar a prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito será apreciado na mesma reunião de sua apresentação.

§2º. Somente será admitido um pedido de prorrogação na forma estabelecida pelo caput deste Artigo, não podendo o prazo de prorrogação ser superior àquele fixado originalmente para funcionamento a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art.120. A Comissão Parlamentar de Inquérito concluirá seus trabalhos por meio de relatório final, que deverá conter:

- a) Exposição dos fatos submetidos á apuração;
- b) Exposição e análise das provas colhidas;
- c) Conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
- d) Conclusão sobre a autoria dos fatos apurados, se existentes;
- e) Sugestão das medidas a serem tomadas, devidamente fundamentadas e justificadas, indicando as autoridades dentre elas, o Ministério Público, e ou pessoas que tiverem a devida competência para a adição das procedências sugeridas;

Art.121. Elaborado o relatório, deverá ser apreciado em reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, previamente agendada.

§1º. A simples oposição da assinatura no relatório, sem qualquer observação, implicará na concordância total do signatário com os termos e manifestações do relator.

§2º. Poderá o membro da Comissão, exarar voto em separado nos termos deste Regimento Interno.

Art.122. Se o relatório a que se refere o Artigo anterior não for acolhido pela maioria dos membros da comissão parlamentar de inquérito será considerado rejeitado, apreciando-se, em seguida, o voto divergente apresentado em separado.

Parágrafo único: O voto acolhido pela maioria dos membros da comissão, será considerado o relatório final da comissão parlamentar de inquérito.

Art.123. O relatório final, aprovado e assinado nos termos desta subseção, será protocolizado na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, devendo o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito comunicar, em plenário a conclusão dos trabalhos da comissão.

Parágrafo único: O relatório final será lido pelo Relator da comissão, durante o expediente da primeira reunião ordinária subsequente, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento Interno.

Art.124. Deverão ser anexados ao processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, cópias do relatório final e do voto ou votos em separado, bem como do ato da presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito que registra o fim dos trabalhos da comissão.

Art.125. A Secretária Administrativa da Câmara Municipal fornecerá cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao vereador que a solicitar, independentemente de requerimento.

Art.126. O relatório final independerá de apreciação e votação do plenário, devendo o presidente da Câmara dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas ou autorizar o seu devido arquivo.

CAPÍTULO V. DOS VEREADORES

SEÇÃO I DO EXERCÍCIO DA VEREANÇA

SUBSEÇÃO I DOS DEVERES E DIREITOS

Art.127. São deveres do vereador, além de outros previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal:

- I- Respeitar, defender e cumprir as Constituições Federal, Estadual, a Lei Orgânica Municipal e demais Leis;
- II- Agir com respeito ao Executivo e ao Legislativo, colaborando para o bom desempenho de cada um desses Poderes.
- III- Usar de suas prerrogativas exclusivamente para atender ao interesse público;
- IV- Obedecer as normas regimentais;
- V- Representar a comunidade, comparecendo conveniente trajado, à hora regimental, nos dias designados, para a abertura das sessões e nelas permanecendo até o seu término;
- VI- Participar dos trabalhos do plenário e comparecer às reuniões das comissões permanentes ou temporárias, das quais seja integrante, prestando informações,

emitindo pareceres nos processos que lhe forem distribuídos, sempre com observância dos prazos regimentais;

VII- Votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, ressalvadas as disposições em contrário previstas neste regimento interno.

VIII- Desempenhar os encargos que lhe forem atribuídos, salvo motivo fundamentado apresentado a presidência ou a Mesa, conforme o caso;

IX- Propor à Câmara todas as medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e a segurança e ao bem-estar da comunidade, bem como impugnar as que lhe pareçam contrárias ao interesse público;

X- Comunicar suas faltas ou ausências, quando tiver motivo justo para deixar de comparecer às seções plenárias ou às reuniões das comissões;

XI- Desincompatibilizar-se, nos casos previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal;

XII- Fazer declaração pública de bens, no ato da posse e ao término do mandato, conforme determinado em legislação federal.

Art.128. São direitos do vereador, além de outros previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

I- Inviolabilidade por sua opinião, palavras e votos, no exercício de mandato e na circunscrição do Município;

II- Remuneração condigna em conformidade com a legislação vigente;

III- Licença, nos termos deste Regimento Interno;

IV- Oferecer proposições, discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara Municipal.

V- Votar na eleição da Mesa e das Comissões;

VI- Concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimento legal ou regimental;

VII- Usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem ao interesse Município ou em oposição às que julgar prejudiciais ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento;

VIII- Votar as proposições submetidas à deliberação do plenário, salvo os casos previstos neste Regimento Interno;

SEÇÃO II DA REMUNERAÇÃO

Art.129. O vereador fará jus a subsídio único, que será fixado em conformidade do disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

SEÇÃO III DAS VEDAÇÕES

Art.130. O vereador não poderá descumprir vedações previstas na Lei Orgânica Municipal sob pena de incorrer em sanções nelas previstas.

**SEÇÃO IV
DAS VAGAS**

Art. 131. As vagas na Câmara dar-se-ão por extinção ou perda do mandato.

Art. 132. Os casos e o procedimento para declaração de extinção do mandato do vereador, operar-se-à de acordo com disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art.133. Os casos e o procedimento para declaração da perda do mandato do vereador por causa extintivas de mandato, operar-se-ão de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art.134. As faltas ético-parlamentares e o respectivo processo de cassação do mandato do vereador pela Câmara Municipal, serão promovidos conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

**SEÇÃO V
DO DECORO PARLAMENTAR**

**SUBSEÇÃO I
DAS CONDUITAS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR**

Art.135. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura verbal.

- I- Descumprir os deveres inerentes ao mandato;
- II- Praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara Municipal.
- III- Perturbar a ordem das reuniões das sessões legislativas e das comissões.

Parágrafo único: A censura verbal será aplicada em reunião, pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta ou por quem os substituir, assegurada à ampla defesa.

Art. 136. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a censura escrita:

- I- Usar, em discurso ou proposição, expressões que contenham iniciativa à prática de crimes;
- II- Praticar ofensas físicas ou morais, na sede da Câmara, a outro parlamentar, à Mesa Diretora ou às Comissões ou respectivos Presidentes.

Parágrafo único: A censura escrita será imposta pela Mesa Diretora, assegurada à ampla defesa.

Art.137. São condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, puníveis com a suspensão temporária do mandato.

- I- Reincidir nas hipóteses previstas no artigo anterior;

II- Revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Câmara ou comissão haja resolvido manter secretos;

III- Revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental.

IV- Portar armas nas dependências da Câmara Municipal.

Parágrafo único: A penalidade prevista neste Artigo será aplicada pelo plenário, por maioria de dois terços (2/3) em escrutínio aberto, assegurada a ampla defesa, ressalvado o disposto nos Artigos 308 e 309 deste Regimento Interno.

Art.138. Além das condutas incompatíveis com o decoro parlamentar previstas na Lei Orgânica Municipal, a reincidência naquelas arroladas no Artigo anterior enseja a cassação do mandato de vereador.

Parágrafo único: O processo de cassação do mandato a que se refere este Artigo obedecerá ao disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 139. Quando, no curso de uma discussão, um vereador for acusado de ato que ofenda sua honorabilidade, poderá solicitar ao Presidente da Câmara ou à comissão que mande apurar a veracidade da arguição e aplique sanção cabível ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

SUBSEÇÃO II DA CORREGEDORIA LEGISLATIVA

Art.140. A Corregedoria Legislativa será formada por um corregedor legislativo e um corregedor substituto para exercer mandato de dois anos, vedada à recondução.

§1º. O preenchimento das vagas da Corregedoria Legislativa dar-se-á por eleição, que será realizada após a posse da Mesa Diretora, cabendo ao Presidente dar posse aos eleitos.

§2º. A destituição dos membros da corregedoria do legislativo ocorrerá conforme os casos e o processo de destituição dos integrantes da Mesa Diretora.

§3º. A Corregedoria Legislativa contará com o apoio técnico-judiciário necessário ao seu pleno funcionamento, podendo solicitar o apoio administrativo necessário, o qual será submetido à discricionariedade da Mesa Diretora.

Art.141. Compete ao Corregedor Legislativo:

I- Exercer o controle posterior interno do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Câmara Municipal;

II- Assessorar a Mesa Diretora nas questões referentes a segurança interna e quando solicitado, dar cumprimento às determinações da Mesa Diretora.

III- Supervisionar, em colaboração com a Presidência, a vedação de se portar armas no recinto da Câmara Municipal, podendo para tanto solicitar ao Presidente da Casa requisição de policiais militares para revistar e desarmar quando necessário;

IV- Encaminhar ao Ministério Público ou a autoridade judiciária competente as denúncias sobre a prática de crimes cometidos por vereadores.

V- Auxiliar a Comissão de Investigação e Processante na apuração das faltas ético-parlamentares dos vereadores, das infrações político-administrativas do Prefeito e dos casos de destituição dos membros da Mesa Diretora.

Art.142. Compete ao Corregedor Substituto substituir o Corregedor Legislativo em seus eventuais impedimentos e sucedê-lo no caso de vaga.

Parágrafo único: Na hipótese de vacância do cargo, incumbirá ao presidente proceder à indicação do novo Corregedor substituto, que completará o mandato em curso.

SEÇÃO VI DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art.143. Será atribuída falta ao Vereador que não assinar o livro de presença até o início da ordem do dia e participar dos trabalhos do plenário, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.

§1º. Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:

- I- Doença;
- II- Luto
- III- Gala
- IV- Licença Maternidade ou paternidade

§ 2º- A justificação das faltas far-se-á por requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara que o decidirá, nos termos deste Regimento Interno.

Art.144. O vereador poderá licenciar-se nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art. 145. Os requerimentos de licença deverão ser apresentados e, posteriormente, deliberados no expediente da reunião de sua apresentação, tendo preferência regimental sobre qualquer matéria que não possua prioridade legal.

§ 1º. O requerimento de licença para tratamento por saúde deve ser acompanhado de atestado médico.

§2º. Encontrando-se o vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever requerimento de licença por motivo de saúde, a iniciativa caberá ao Presidente da Mesa.

§3º. É facultado ao Vereador prorrogar seu período de licença através de novo requerimento, atendidas as disposições desta Seção.

SEÇÃO VII DA SUPLÊNCIA

Art.146. O suplente sucederá o titular nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art.147. A convocação do suplente proceder-se-á de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art.148. O suplente de vereador, quando no exercício do mandato, tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e obrigações do titular e como tal deve ser considerado.

Art.149. Enquanto não ocorrer a posse do suplente, o quorum será calculado em função dos vereadores.

Art. 150. Se ocorrer vaga e não houver suplente, faltando mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato, a Câmara Municipal representará à justiça Eleitoral para a realização das eleições para preenchê-la.

CAPITULO VI DAS LIDERANÇAS

Art. 151. Líder é o vereador que fala autorizadamente em nome do seu partido, sendo o seu porta voz oficial, em relação a todos os órgãos da Câmara Municipal.

Art. 152. O Líder e o vice-líder serão escolhidos conforme o disposto na legislação Federal.

Art.153. São atribuições do líder:

I-Fazer comunicação de caráter inadiável à Câmara Municipal por 5 (cinco) minutos, vedados os pares;

II- Indicar o orador do partido nas solenidades;

III-Fazer o encaminhamento de votação ou indicar vereador para substituí-lo nesta função;

IV-Indicar os membros de seu partido nas Comissões Permanentes e Temporárias, exceto no cargo de Presidente da Câmara Municipal.

Art.154. O líder e o vice-líder podem fazer parte de Comissões Permanentes e Temporárias, exceto no cargo de Presidente destas.

Art. 161. O líder e o vice-líder do Governo serão indicados de ofício pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.155. Os partidos com representação na Câmara Municipal poderão agrupar-se em blocos, sendo-lhes permitido formar suas lideranças.

Art. 156. Aplicam-se, no que couberem, as disposições deste Capítulo às lideranças de blocos parlamentares de que trata o Artigo anterior.

TÍTULO II DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

CAPÍTULO I
DA LEGISLATURA

Art. 157. A legislatura compreenderá quatro sessões legislativas, com início cada uma em 1º de fevereiro e término em 15 de dezembro de cada ano, ressalvada a de inauguração da legislatura, que se inicia em 1º de janeiro.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS ORDINÁRIAS

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.158. Sessão legislativa ordinária é a correspondente ao período normal de funcionamento da Câmara durante um ano civil.

Parágrafo único: A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação dos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, apresentados antes do início do recesso parlamentar.

Art.159. As reuniões das sessões legislativas ordinárias da Câmara são:

- I- De instalação;
- II- Solenes;
- III- Ordinárias;
- IV- Extraordinárias;
- V- Secretas.

Art.160. As reuniões serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por, no mínimo, 2/3(dois terços) dos membros da Câmara, quando da ocorrência de motivo relevante ou nos casos previstos neste Regimento Interno.

Art. 161. As reuniões, ressalvadas as solenes, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, 1/3(um terço) dos membros da Câmara, constatada através de chamada nominal.

Art.162. Em reunião cuja abertura e prosseguimento dependam de quorum este poderá ser constatado através de verificação de presença feita de ofício pelo Presidente ou a pedido de qualquer vereador.

§1º. Ressalvada a verificação do caput nova verificação somente será deferida depois de decorridos 30(trinta) minutos do término da verificação anterior.

§2º. Ficará prejudicada a verificação de presença se, ao ser chamado, encontrar-se ausente o vereador que a solicitou.

Art.163. Durante as reuniões, somente os vereadores poderão permanecer no recinto do plenário, ressalvadas hipóteses previstas neste Regimento.

SEÇÃO II DAS REUNIÕES

SUBSEÇÃO I DA DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO

Art. 164. As reuniões da Câmara terão a duração máxima de 2 (duas) horas, podendo ser prorrogadas por deliberação do Presidente ou a requerimento verbal de qualquer vereador, aprovada pelo Plenário.

Parágrafo único. O requerimento de prorrogação não poderá ser objeto de discussão.

Art.165. A prorrogação da reunião será por tempo determinado não superior a 2 (duas) horas para se ultime a discussão e votação das proposições em debate.

§1º. Se forem apresentados dois ou mais requerimentos de prorrogação da reunião, serão votados na ordem cronológica de apresentação sendo que, aprovado qualquer deles, considerar-se-ão prejudicados os demais.

§2º. Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou inferior ao que já foi concedido.

§3º. O requerimento de prorrogação restará prejudicado pela ausência de seu autor no momento da votação.

§4º. Os requerimentos de prorrogação somente poderão ser apresentados à Mesa a partir de 10 (dez) minutos antes do término da ordem do dia, e, nas prorrogações concedidas, a partir de 5 (cinco) minutos antes de se esgotar o prazo prorrogado, alertado o Plenário pelo Presidente.

§5º. Quando, dentro dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, o autor do requerimento de prorrogação solicitar sua retirada, poderá qualquer vereador, falando pela ordem, manter o pedido de prorrogação, assumindo, então, a autoria e dando-lhe plena validade regimental.

§6º. As disposições contidas nesta Subseção não se aplicam às reuniões solenes.

SUBSEÇÃO II DA SUSPENSÃO E ENCERRAMENTO

Art. 166. A reunião poderá ser suspensa:

- I- Para a preservação da ordem.
- II- Para permitir, quando for o caso, que a comissão possa apresentar parecer verbal ou escrito;
- III- Para recepcionar visitantes ilustres.

§º 1º. A suspensão da reunião no caso do inciso II, não poderá exceder a 15 (quinze) minutos.

§º 2º. O tempo de suspensão não será computado no de duração da reunião.

Art.167. A reunião será encerrada antes da hora regimental nos seguintes casos:

- I- Por falta de quorum regimental para o prosseguimento dos trabalhos.
- II- Em caráter excepcional, por motivos de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade ou na ocorrência de calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante requerimento subscrito, no mínimo, por 1/3 (um terço) dos vereadores, sobre o qual delibera o Plenário;
- III- Encerrados os trabalhos de expediente, ordem do dia e explicações;
- IV- Tumulto grave.

SUBSEÇÃO III DA PUBLICIDADE

Art.168. Será dada publicidade às reuniões da Camara facilitando-se o trabalho da imprensa e publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no veículo de imprensa oficial do município.

Art. 169. As reuniões da Camara, nos termos deste Regimento Interno, poderão ser transmitidas por emissora local, desde que contratada em conformidade com a legislação vigente.

SUBSEÇÃO IV DAS ATAS

Art.170. De cada reunião da Câmara, lavrar-se-á ata dos trabalhos.

§1º. Os documentos apresentados em reunião e as proposições conterão, apenas, a declaração do seu objeto, salvo requerimento de transcrição integral aprovada pelo plenário.

§2º. A transcrição de declaração de voto, feita resumidamente, por escrito, deve ser requerida ao Presidente.

§3º. A ata da reunião anterior será lida, discutida e votada, na primeira fase do expediente da reunião ordinária subsequente.

§4º. Se não houver quorum para deliberação, os trabalhos terão prosseguimento e a votação da ata far-se-á em qualquer fase da reunião, à primeira constatação de existência de número regimental para deliberação.

§5º. Se o plenário, por falta de quorum não deliberar sobre a ata até o encerramento da reunião, a votação será transferida para o expediente da reunião ordinária seguinte.

§6º. A ata poderá ser impugnada:

- I- Quando for totalmente inválida ou por não descrever os fatos e situações realmente ocorridas;
- II- Mediante requerimento de invalidação.

§7º. Poderá ser requerida a retificação da ata, quando nela houver omissão ou equívoco parcial.

§8º. Cada vereador poderá falar sobre a ata uma vez por tempo nunca superior a 5 (cinco) minutos, não sendo permitido apartes.

§9º. Requerida a impugnação ou retificação da ata, o plenário delibera a respeito.

§10º. Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata e, aprovada a retificação, será ela incluída na ata da reunião da sessão legislativa em que ocorrer a sua votação, podendo ser na própria reunião ou na primeira reunião subsequente.

§11º. Votada e aprovada a ata, será assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art.171. A ata da última reunião de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação do plenário, independente de quorum, antes de encerrada a sessão legislativa ordinária.

SEÇÃO III DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS SUBSEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

~~Art. 172. As reuniões ordinárias serão semanais, todas as quartas feiras, com o máximo de quatro mensais, iniciando-se às 9,00 horas com a duração prevista neste regimento, a partir de 1º de agosto de 2010 (PROMULGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº3 DE 5 DE JULHO DE 2010)~~

Art. 172 – As reuniões ordinárias serão semanais, todas as quartas feiras, com horário inicial de (18) dezoito horas, com máximo de quatro mensais, com tolerância e duração prevista no Regimento Interno. **(PROMULGAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº8 DE 19 DE JUNHO DE 2013)**

~~§1º. Recaindo a data de alguma reunião ordinária em ponto facultativo ou feriado, sua realização ficará automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, ressalvada a reunião de instalação da legislatura, nos termos deste regimento interno.~~

§1º. Recaindo a data de alguma reunião ordinária em ponto facultativo ou feriado, sua realização se dará nas datas já designadas, sem substituição, ressalvando-se as hipóteses de ordem legal, nos termos deste regimento interno. **(PR Nº5-29/4/09)**

§2º. A reunião ordinária da sessão legislativa ordinária poderá ter o seu horário transferido, desde que aprovado pela maioria absoluta de seus membros, ressalvada a reunião da sessão legislativa extraordinária.

Art.173. As reuniões ordinárias compõem-se de três partes:

- I- Expediente;
- II- Ordem do dia;
- III- Explicação pessoal.

Parágrafo único. Entre o final do expediente e o início da ordem do dia poderá, a critério da Mesa Diretora, haver um intervalo de 15(quinze) minutos.

Art.174. O Presidente declarará aberta a reunião, na hora prevista para o início dos trabalhos, após verificação do comparecimento de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara, feita pelo Secretário através de chamada nominal.

§1º. Não havendo número regimental para a instalação, o Presidente aguardará 15 (quinze) minutos, após o qual declara prejudicada a reunião, lavrando-se ata resumida do acordo, que independerá de aprovação.

§2º. Instalada a reunião, mas não constatada a presença da maioria absoluta dos vereadores, não poderá haver qualquer deliberação na fase do expediente, passando-se imediatamente, após a leitura da ata da reunião anterior e do expediente, à fase destinada ao uso da tribuna.

§3º. Não havendo oradores inscritos antecipar-se-á o início da ordem do dia, com a respectiva chamada regimental.

§4º. Persistindo a falta da maioria absoluta dos vereadores na fase da ordem do dia e observando o prazo de tolerância de quinze minutos, o presidente declarará encerrada a reunião, lavrando-se ata do ocorrido, que independerá de aprovação.

§5º. As matérias constantes da ordem do dia, inclusive a ata da reunião anterior, que não forem votadas em virtude da ausência da maioria absoluta dos vereadores, passarão para o expediente da reunião ordinária seguinte.

§6º. A verificação de presença poderá ocorrer em qualquer fase da reunião, a requerimento de vereador ou por iniciativa do presidente e, sempre, será feita nominalmente, fazendo-se constar na ata os nomes dos ausentes.

SUBSEÇÃO II DO EXPEDIENTE

Art.175. O expediente destina-se à votação da ata da reunião anterior, à leitura das matérias recebidas, à leitura, discussão e votação dos pareceres, requerimentos, indicações e moções, à apresentação das proposições dos vereadores e ao uso da tribuna.

Parágrafo único. O expediente terá a duração máxima e improrrogável de 2(duas) horas a partir da hora fixada para o início da reunião.

Art. 176. Votada a ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura das matérias do expediente, obedecida a seguinte ordem de recebimento:

- I- Do prefeito;
- II- Dos vereadores;
- III- De terceiros.

§1º- Na leitura das proposições, obedecer-se-á à seguinte ordem:

- I- Vetos;
- II- Projetos de lei ordinária ou de lei complementar;
- III- Projetos de decreto legislativo;
- IV- Projetos de resolução;
- V- Substitutivos;
- VI- Emendas;
- VII- Pareceres;
- VIII- Requerimentos;
- IX- Indicações;
- X- Moções.

§2º. A Secretária Administrativa entregará aos vereadores, junto com a pauta da reunião, cópias das proposições, requerimentos, indicações e moções apresentadas no expediente e na ordem do dia exceto pareceres cujas cópias deverão ser solicitadas pelo interessado.

§3º. A ordem estabelecida neste Artigo é taxativa, não sendo permitida a leitura de papéis ou proposições fora do respectivo grupo ou fora da ordem cronológica de apresentação, vedando-se igualmente, qualquer pedido de preferência nesse sentido.

Art.177. Concluídas as das matérias mencionadas no Artigo anterior, o presidente destinará o tempo restante da hora do expediente para debates e ao uso da tribuna, pelos vereadores, segundo a ordem de inscrição, versando sobre tema livre.

§1º. As inscrições dos oradores, para falar no expediente, serão feitas em livro especial, sob a fiscalização do secretário ou verbalmente, a critério do Presidente da Câmara, a partir do início desta fase da reunião.

§2º. O vereador que, inscrito para falar no expediente, não estiver presente na hora que lhe for dada a palavra perderá a vez e só poderá ser de novo inscrito em último lugar, na lista organizada.

§3º. O prazo para o orador usar da tribuna será de dez minutos, improrrogáveis.

§4º. É vedada a cessão ou reserva de tempo para orador que ocupar a tribuna, nesta reunião.

Art. 178. Findo o expediente o Presidente iniciará a ordem do dia e, a seu critério poderá ser concedido intervalo não superior a 15 (quinze) minutos.

SUBSEÇÃO III DA ORDEM DO DIA

Art.179. Ordem do dia é a fase da reunião onde serão discutidas e deliberadas a matérias previamente organizadas em pauta.

§1º. A ordem do dia somente será iniciada com a presença da maioria absoluta dos vereadores.

§2º. Não havendo número legal a reunião será iniciada com a presença da maioria absoluta dos vereadores.

Art.180. A pauta da ordem do dia será organizada 48(quarenta e oito) horas antes da reunião, obedecida a seguinte ordem:

- I - Matéria em regime de urgência;
- II - Vetos;
- III - Matérias em discussão e votação únicas.
- IV – Matérias em segunda discussão e votação;

§1º. Obedecida a essa classificação, as matérias figurarão, ainda, segundo a ordem cronológica decrescente.

§2º. A disposição das matérias na ordem do dia só poderá ser interrompida ou alterada por requerimento de urgência ou de adiantamento apresentado no início ou no transcorrer da ordem do dia e aprovado pelo Plenário.

§3º. A Secretária Administrativa colocará à disposição dos vereadores cópias das proposições e pareceres, bem como a relação da ordem do dia correspondente até 24(vinte e quatro) horas antes do início da reunião, ou somente da relação da ordem do dia, se as proposições e pareceres já tiverem sido anteriormente publicados.

Art. 181. Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na ordem do dia, com antecedência de 48(quarenta e oito) horas do início da reunião, ressalvado o disposto neste Regimento Interno.

Art.182. Não será admitida a discussão e votação de projetos sem prévia manifestação das comissões exceto nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

Art.183. As proposições constantes da ordem do dia poderão ser objeto de:

I – preferência para votação;

II – adiamento;

III – retirada de pauta

Art.184. O adiamento de discussão ou de votação de proposição pode, ressalvado o disposto no Parágrafo 4º deste artigo, ser formulado em qualquer fase de sua apreciação em plenário, através de requerimento verbal ou escrito de qualquer vereador, que especificará a finalidade e o número de reuniões do adiamento proposto.

§1º. O requerimento de adiamento terá a continuidade de sua discussão ou votação prejudicada, até que o plenário delibere.

§2º. Quando houver orador na tribuna discutindo a matéria ou encaminhando sua votação, o requerimento de adiamento só por ele poderá ser proposto.

§3º. Apresentando requerimento de adiamento, outros poderão ser formulados, antes de se proceder à votação, observada a ordem de apresentação dos requerimentos.

§4º. O adiamento da votação de qualquer matéria será admitido, desde que não tenha sido votada nenhuma peça do processo.

§5º. A aprovação de um requerimento de adiamento prejudica os demais.

§6º. Rejeitados todos os requerimentos formulados nos termos do §3º não se admitirão novos pedidos de adiamento com a mesma finalidade.

§7º. O adiamento de discussão ou de votação, por determinado número de reuniões importará no adiamento da discussão ou da votação da matéria por igual número de reuniões ordinárias.

§8º. Não serão admitidos pedidos de adiamento da votação de requerimento de adiamento.

§9º - Os requerimentos de adiamento não comportarão discussão, encaminhamento de votação e declaração de voto.

Art. 185. A retirada de proposição constante da ordem do dia dar-se-á:

I- Por solicitação de seu autor, quando o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação tenha concluído pela inconstitucionalidade ou ilegalidade ou quando a proposição não tenha parecer favorável de outras comissões permanentes;

II- Por requerimento do autor, sujeito à deliberação do plenário, sem discussão do encaminhamento de votação e da declaração de voto, quando a proposição tenha parecer favorável, mesmo que de uma só das comissões permanentes.

Parágrafo único: Obedecido o disposto no presente Artigo, as proposições de autoria da Mesa Diretora ou de Comissão Permanente só poderão ser retiradas mediante requerimento subscrito pela maioria de seus membros.

Art. 186. A discussão e a votação das matérias propostas será feita na forma fixada neste Regimento Interno.

Art.187. Encerrada a pauta da ordem do dia, desde que presente 1/3 (um terço), no mínimo, dos vereadores, passar-se-à explicação pessoal.

SUBSEÇÃO IV DA EXPLICAÇÃO PESSOAL

Art.188. Explicação pessoal é a fase destinada à manifestação dos vereadores sobre atitudes pessoais, assumidas durante a reunião ou no exercício do mandato.

§1º. A explicação pessoal terá a duração máxima e improrrogável de 15 (quinze) minutos.

§2º. O Presidente concederá a palavra aos oradores inscritos, segundo a ordem de inscrição, obedecidos os critérios estabelecidos neste regimento.

§3º. A inscrição para explicação pessoal será solicitada durante a reunião e anotada cronologicamente pelo Secretário, em livro próprio.

§4º. O orador, no uso da palavra, não poderá se desviar da finalidade da explicação pessoal nem ser aparteado.

§5º. O desatendimento do disposto no parágrafo anterior sujeitará o orador à advertência pelo Presidente, e, na reincidência, a cassação da palavra.

§ 6º. A reunião não poderá ser prorrogada para uso da palavra em explicação pessoal.

Art.189. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente comunicará aos vereadores a data da próxima reunião, a respectiva pauta, caso organizada, e declarará encerrada a reunião, ainda que antes do prazo regimental de encerramento.

SEÇÃO IV
DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art.190. As reuniões extraordinárias ocorridas durante a sessão legislativa ordinária, serão convocadas pelo presidente da Câmara.

§1º. Sempre que possível, a convocação far-se-á em reunião ordinária.

§2º. Quando feita fora de reunião ordinária, a convocação será levada ao conhecimento dos vereadores pelo presidente, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§3º. As reuniões extraordinárias da sessão legislativa ordinária poderão ser realizadas em qualquer dia hora, inclusive aos domingos e feriados.

Art. 191. Na reunião extraordinária haverá expediente, que terá a duração máxima de 2(duas) horas, sendo esse tempo reservado à leitura das matérias que tenham sido objeto de convocação, não havendo explicação pessoal,

§1º. A ordem do dia será obrigatoriamente destinada à matéria objeto da convocação.

§2º. Aberta a reunião extraordinária com a presença de 1/3(um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de quinze minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinando a lavratura da respectiva ata que independerá de aprovação.

SEÇÃO V
DAS REUNIÕES SECRETAS

Art.192. Excepcionalmente a Câmara poderá realizar reuniões secretas, mediante requerimento escrito, aprovado por, no mínimo, 2/3(dois terços) de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar ou nos casos previstos expressamente neste regimento.

§º 1º. Deliberada a reunião secreta sendo necessário interromper a pública, o Presidente determinará aos assistentes à retirada dos funcionários e representantes da imprensa do recinto do plenário e de suas dependências e determinará que se interrompa a gravação dos trabalhos, quando houver.

§º. 2º. Antes de iniciada a reunião secreta, todas as portas de acesso ao recinto do plenário serão fechadas, permitindo-se, apenas a presença dos vereadores.

§3º. As reuniões secretas somente serão iniciadas com a presença de no mínimo 1/3(um terço) dos membros da Câmara.

§4º. A ata será lavrada pelo secretário e, lida e aprovada na mesma reunião será lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa, juntamente com os demais documentos referentes à sessão.

§5º. As atas lacradas só poderão ser reabertas para exame em reunião secretas.

§6º. Será permitido ao vereador que houver participado dos debates, reduzirem seu discurso a escrito, para ser arquivado com a ata e os documentos referente à reunião.

§7º. Antes de encerrada a reunião, a Câmara resolverá, após discussão, se a matéria debatida deverá ser publicada no todo ou em parte no órgão da imprensa oficial.

SEÇÃO VI DAS REUNIÕES SOLENES

Art.193. As reuniões solenes, destinadas às solenidades cívicas e oficiais, serão convocadas pelo presidente ou por deliberação da Câmara Municipal mediante requerimento aprovado por maioria simples.

§1º. As reuniões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara Municipal, independentemente de quorum para sua instalação e desenvolvimento.

§2º. Não haverá expediente, ordem do dia e explicação pessoal nas reuniões solenes, sendo dispensadas a verificação de presença e a leitura da ata da reunião anterior.

§3º. Nas reuniões solenes não haverá tempo determinado para seu encerramento.

§4º. Será elaborado, previamente e com ampla divulgação, o programa da reunião solene, podendo, inclusive, usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classe e de associações, sempre a critério da Presidência.

§6º. Independe de convocação, a reunião solene de instalação da legislatura e posse dos vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.

CAPÍTULO III DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EXTRAORDINÁRIAS

Art.194. Serão considerados como recesso legislativo os períodos compreendidos entre 16 de dezembro e 31 de janeiro e de 1º a 31 de julho de cada ano.

Art.195. A Convocação da Câmara Municipal para a realização de sessão legislativa extraordinária, far-se-á de acordo com o previsto na Lei Orgânica Municipal.

§1º. A Câmara poderá ser convocada para uma única sessão legislativa extraordinária, para um período de recesso.

§2º. Se do ofício de convocação não constar o horário da reunião da sessão legislativa extraordinária a ser realizada, serão obedecidas as normas referentes às partes da reunião ordinária da sessão legislativa ordinária.

§3º. Se a matéria objeto de convocação tiver emendas ou substitutivos, a reunião poderá ser suspensa por trinta minutos, antes de iniciada a fase da discussão, para o oferecimento e leitura daquelas proposições acessórias, podendo esse prazo ser prorrogado a requerimento de qualquer vereador, aprovado pelo plenário.

§4º. Continuará a correr por todo período da sessão legislativa extraordinária o prazo a que estiverem submetidos os projetos objetos de convocação.

§5º. Nas reuniões da sessão legislativa extraordinária não haverá fase de explicação pessoal, sendo seu tempo destinado ao expediente e à ordem do dia, após a aprovação da ata da reunião anterior:

§6º. As reuniões da sessão legislativa extraordinária de que trata este artigo serão abertas com a presença de no mínimo, 1/3(um terço) dos membros da Câmara, sem tempo de duração determinado.

TITULO III DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DAS MODALIDADES E DE SEUS REQUISITOS

Art.196. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art. 197. São modalidades de proposição:

Indicações;
Requerimentos;
Moções;
Projetos de Resolução;
Projetos de decreto legislativo;
Projetos de lei ordinária;
Projeto de lei complementar;
Projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal;
Emendas.

Art.198. São requisitos para elaboração das proposições aqueles definidos na Lei Complementar Federal, a que se refere o parágrafo único, do art. 59 da Constituição Federal.

CAPITULO II DA TRAMITAÇÃO

SEÇÃO I DA INICIATIVA

Art. 199. A iniciativa para apresentar proposições cabe a qualquer Vereador, Comissão Permanente ou Temporária, Mesa Diretora, Prefeito ou cidadãos.

Art.200. A iniciativa dos projetos de Leis Complementares e Ordinárias compete:

- I- Aos Vereadores.
- II- À Comissão da Câmara Municipal;
- III- Ao Prefeito;
- IV- Aos cidadãos, na forma e nos casos previstos neste Regimento Interno.

§1º- São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal os Projetos de Lei que disponham sobre:

- I- Criação, alteração, extinção e definições e das atribuições de cargos, funções ou empregos públicos do Poder Executivo e das autarquias e fundações públicas municipais;
- II- Fixação do vencimento, salários ou gratificações e seus aumentos quanto aos cargos, empregos e funções previstos no inciso I deste parágrafo;
- III- Revisão geral e anual dos vencimentos dos servidores públicos;
- IV- Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- V- Criação, extinção e atribuição dos órgãos do Poder Executivo, das autarquias e das funções públicas municipais ressalvadas a edição de decreto para dispo sobre:
 - a) Organização e funcionamento da Administração direta municipal, quando não implicar.
 - b) Aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;
 - c) Extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- VI- Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual;
- VII- Autorização para a abertura de créditos especiais, suplementares e extraordinários.

§1º. Compete à Câmara Municipal a iniciativa privativa das leis que disponham sobre:

- I- Fixação e revisão dos subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais.
- II- Fixação da remuneração dos cargos, empregos e funções de seus serviços.

Art. 201. O Prefeito poderá solicitar urgência nas matérias de sua iniciativa, na forma deste Regimento Interno.

Art. -202. A matéria constante de projeto de Lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

§1º. A reapresentação de projeto de Lei de iniciativa privativa do Prefeito Municipal, na mesma sessão legislativa, condicionar-se-á à aceitação prévia pela maioria absoluta da Câmara Municipal.

§2º- A aceitação prévia para nova apreciação não vinculará de modo algum, a votação para aprovação do Projeto de Lei.

SEÇÃO II

DO RECEBIMENTO

Art. 203. Toda proposição recebida pela secretaria administrativa será numerada, datada e despachada às comissões, depois de serem lidas no expediente.

Art. 204 – O Presidente restituirá ao autor as proposições:

- I- Manifestamente ilegais e inconstitucionais;
- II- Que não atenderem aos requisitos exigidos das proposições constantes de lei complementar federal;

§1º- As razões da devolução ao autor de qualquer proposição nos termos deste artigo deverão ser devidamente fundamentadas pelo Presidente, por escrito.

§2º- O autor da proposição, devolvida pelo Presidente, poderá recorrer desse ato ao plenário, no prazo de 3(três) dias úteis, após a publicação no expediente, ouvida a Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§3º. Provido o recurso previsto no parágrafo anterior a proposição voltará à Mesa para seguir o trâmite normal.

Art.205. Proposições subscritas pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação não poderão deixar de ser recebidas sob alegação de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Art.206. Consideram-se autores da proposição, para efeitos regimentais, todos os seus signatários.

Parágrafo único: As atribuições e prerrogativas regimentais do autor serão exercidas em plenário por um só dos signatários da proposição, e a precedência será regulada segundo a ordem das assinaturas,

Art.207. A proposição de autoria de vereador licenciado, renunciante ou com mandato cassado, entregue à Mesa antes de efetivada a licença, a renúncia ou perda do mandato, mesmo que ainda não lida ou apreciada, terá tramitação regimental.

Art.208. As proposições, depois de recebidas, serão numeradas por legislatura em série específica.

Art.209. Os projetos de Lei Ordinária tramitarão com a denominação de projeto de Lei.

Art.210. As Emendas serão numeradas devendo indicar o número do Projeto a que vinculadas.

Parágrafo único: Cada espécie de emenda receberá numeração própria e seqüencial.

Art.211. Antes da distribuição, o Presidente mandará a Secretaria Legislativa verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa.

§1º Caso haja proposições análogas ou conexas, o Presidente fará a distribuição por pendência, determinando que sejam apresentadas e renumeradas.

§2º. As proposições de que tratam o § 1º desde Artigo serão distribuídas:

I- À Comissão de Legislação, Justiça e Redação para apreciar a observância das normas legais, constitucionais, regimentais e de técnicas legislativas:

II- À Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização quando envolverem aspectos financeiros ou orçamentários, para apreciar a compatibilidade ou adequações orçamentárias.

III- Às demais comissões, quando o mérito da proposição estiver relacionado ou outras matérias.

**SEÇÃO III
DA APRESENTAÇÃO**

Art.212. A apresentação da proposição será feita:

- I- Perante a Comissão de Orçamento e Finanças, no caso de proposição sobre fiscalização e controle, quando se tratar de emenda ou subemenda, limitado á matéria de sua competência;
- II- Em plenário, na reunião prevista por este Regimento Interno;

Art.213. O vereador poderá apresentar proposição individual ou conjuntamente.

**SEÇÃO IV
DA APRECIACÃO**

Art.214. Cada proposição terá curso próprio, salvo emenda.

Art.215. Apresentada e lida, a proposição será objeto de decisão do Presidente da Câmara ou plenário, nos casos previstos neste Regimento Interno.

Art.216. O parecer contrário à Emenda não obsta que a proposição principal siga sua tramitação regimental.

Art. 217. Findo os trabalhos das comissões e entregue a proposição, deverá ser remetida ao Presidente para ser incluída na ordem do dia e, por conseguinte, lida na fase do expediente da reunião ordinária da sessão legislativa ordinária.

**SEÇÃO V
DO REGIME DE URGÊNCIA**

**SUBSEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.218. A tramitação das proposições pode ocorrer em regime de urgência, quando tratar de:

- I - Projeto de iniciativa do Prefeito, com solicitação de urgência;
- II - Matéria que envolva solução para atender calamidade pública;
- III - Proposição que seja reconhecida, pelo plenário, como urgente;
- IV - Autorização para o Prefeito e o Vice-Prefeito se ausentarem do Município.

§1º. Se a Câmara não deliberar o Projeto a que se refere o inciso I deste Artigo no prazo máximo de 45 dias, será incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, até que se ultime sua votação.

§2º. O prazo previsto no parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara Municipal, nem se aplica aos projetos de codificação.

§3º. A proposição seguirá tramitação ordinária nas hipóteses não compreendidas neste Artigo.

SUBSEÇÃO II
DA TRAMITAÇÃO

Art. 219. Tramitação em regime de urgência é a que dispensa as exigências regimentais, interstício ou formalidades para aprovação de proposição.

Parágrafo único. Não se dispensará:

- I. Leitura no expediente.
- II. Pareceres das Comissões ou de relator designado;
- III. Quorum para deliberação.

Art.220. O requerimento que solicitar a tramitação da proposição em regime de urgência somente poderá ser submetido à deliberação do plenário se for apresentado:

- I. Pela Mesa Diretora, nas matérias que lhe são reservadas;
- II. Por um terço dos Vereadores ou líderes da Câmara;
- III. Por Comissão que possua competência para opinar sobre o mérito;
- IV. Pelo Prefeito.

§1º. Nos casos dos incisos I e II, deste artigo o orador favorável será o membro da Mesa ou comissão designado pelo Presidente da Câmara.

§2º. O Requerimento não será discutido, mas a sua votação poderá ser encaminhada pelo autor, líder de partido político ou bloco, relator de Comissão ou vereador, que seja contrário à solicitação, assegurado a cada um, cinco (5) minutos para pronunciamentos.

§3º. Será obstada a votação de requerimento, quando estiveram tramitando em regime de urgência duas proposições, em razão de requerimento aprovado pelo plenário.

SEÇÃO VI
DOS TURNOS

Art.221. As proposições em tramitação são subordinadas, na sua apreciação, a turno único, excetuados os projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal e demais casos previstos neste Regimento Interno.

Art.222. Cada turno é constituído de discussão e votação.

Art. 223. Executada a proposição em tramitação sob regime de urgência, é de uma reunião o interstício entre o primeiro e segundo turno.

Art. 224. A dispensa de interstício, para inclusão na ordem do dia e votação em turno único, de proposição em tramitação sob regime de urgência, poderá ser concedida a critério da Mesa Diretora, pelo plenário a requerimento de um terço dos vereadores ou mediante acordo entre líderes da Câmara.

Art.225. O interstício para o projeto de emenda à Lei Orgânica Municipal será de no mínimo, 10 (dez) dias, sem admissão de pedido de dispensa.

SEÇÃO VII.
DA REDAÇÃO FINAL

Art.226. A redação final, observada as exceções regimentais, será feita pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que apresentará o texto definitivo da proposição, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas.

§1º. Quando, na elaboração da redação final constatada incorreção ou impropriedade de linguagem ou outro erro, acaso existente, na matéria aprovada, poderá a Comissão corrigi-lo, deste que a correção não implique deturpação da vontade legislativa, devendo, nesta hipótese, mencionar expressamente em seu parecer a alteração feita, com ampla justificativa.

§2º. Se, todavia existir qualquer dúvida quanto à vontade legislativa, em decorrência de incoerência notória, contradição evidente ou manifesto absurdo, existente na matéria aprovada, deverá a Comissão de Legislação, Justiça e Redação eximir-se de oferecer redação final, propondo em seu parecer a reabertura da discussão, quando ao aspecto da incoerência, da contradição ou do absurdo, e concluindo pela apresentação das necessárias emendas corretivas, se for o caso.

Art.227. A redação final permanecerá junto à Presidência durante a reunião ordinária subsequente à publicação, para recebimento de emendas de redação.

§1º. Não havendo emendas, considerar-se-á aprovada a redação final proposta, sendo a matéria remetida à promulgação e sanção ou veto.

§2º. Apresentadas emendas de redação voltará o projeto à Comissão e legislação, Justiça e Redação para parecer.

Art.228. O parecer previsto no §2º do Artigo anterior, bem como o parecer propondo reabertura da discussão, será incluído na ordem do dia, após a publicação, para discussão e votação.

§1º. Se o parecer for incluído em pauta de reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária ou, em regime de urgência, em pauta de reunião ordinária poderá ser dispensada a publicação, a requerimento de qualquer vereador ou por proposta do Presidente, com assentimento do plenário.

§2º. Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior será obrigatória a leitura do parecer antes de iniciar-se a discussão.

Art.229. Cada vereador disporá de 10(dez) minutos para discutir a redação final ou o parecer de reabertura da discussão, admitindo apartes.

Art.230. Se o parecer que concluiu pela reabertura da discussão for rejeitado, a matéria voltará a Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a redação final na forma do já deliberado pelo plenário.

§1º. Aprovado o parecer que propõe a reabertura da discussão, esta versará exclusivamente sobre o aspecto do engano ou erro, considerando-se todos os dispositivos não impugnados como aprovados em discussão.

§2º. Cada vereador disporá de 10 (dez) minutos para discutir o aspecto da matéria cuja discussão foi aberta.

Art.231. Faculta-se a apresentação de emendas desde que estritamente relativas ao aspecto da matéria, cuja discussão foi aberta, subscritas por, no mínimo, 1/3 (um terço) dos vereadores.

§1º. Encerrada a discussão, passar-se-à votação das emendas.

§2º. A matéria, com emenda ou emendas aprovadas, retornará á Comissão de Legislação, Justiça e Redação para elaboração da redação.

Art.232. Aprovada a redação final da proposição, será esta enviada à promulgação e sanção ou veto pelo Prefeito.

CAPÍTULO III DAS INDICAÇÕES

Art. 233. Indicação é a proposição em que o vereador sugere ao Poder Executivo, órgãos ou autoridades do Município medidas de interesse público.

Art.234. Para inclusão na ordem do dia a indicação deverá ser protocolizada na Secretaria Legislativa da Camara Municipal em até 48 horas antes do inicio da reunião ordinária.

Parágrafo único. Não haverá limite para a apresentação de indicação pelos vereadores.

CAPÍTULO IV DOS REQUERIMENTOS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.235. Requerimento é a proposição dirigida por qualquer vereador ou comissão ao Presidente ou a Mesa Diretora, sobre matéria da competência da Câmara Municipal.

Art.236. Os requerimentos assim se classificam:

- I- Verbais.
- II- Escritos,
- III- Sujeitos a despacho de plano do Presidente.
- IV- Sujeitos à deliberação do Plenário.

Parágrafo único. Os requerimentos independem de parecer.

Art.237. Não se admitirão emendas a requerimentos.

SEÇÃO II
DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DESPACHO DE PLANO PELO PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL

Art.238. Será despachado de plano pelo Presidente o requerimento que solicitar.

- I. Retirada, pelo autor, de requerimento verbal ou escrito;
- II. Uso ou desistência da palavra;
- III. Permissão para o vereador falar sentado;
- IV. Leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;
- V. Reclamação por inobservância das normas deste Regimento interno;
- VI. Discussão de proposição por partes;
- VII. Informações sobre ordem dos trabalhos, agenda e ordem do dia;
- VIII. Prorrogação de prazo para o orador da tribuna;
- IX. Preenchimento de vaga em comissão;
- X. Votação de emendas em bloco ou em grupos definidos;
- XI. Destaque para votação em separado de emendas ou partes de emendas e de partes de vetos;
- XII. Reabertura de discussão de proposição, encerrada em período legislativo anterior;
- XIII. Esclarecimento sobre ato da administração interna da Câmara Municipal;
- XIV. Retificação de ata;
- XV. Verificação de presença;
- XVI. Verificação nominal de votação;
- XVII. Requisição de documento ou publicação existente na Câmara Municipal, para subsídio de proposição em discussão.
- XVIII. Retirada, pelo autor, de proposição:
 - a). Com parecer de admissibilidade;
 - b). Sem parecer ou com parecer pela inconstitucionalidade, antiregimentalidade ou ilegalidade;
- XIX-Juntada ou desentranhamento de documento;
- XX -Inclusão, na ordem do dia, proposição com parecer em condições de nela figurar;
- XX- Inscrição em ata de voto de pesar;
- XXI- Justificação de falta do vereador às sessões ou reuniões de comissões.

Parágrafo 1º. Serão necessariamente escritos os requerimentos a que aludem os incisos XVIII e XXI, deste Artigo.

Parágrafo 2º. Indeferido o requerimento e a pedido do vereador, caberá recurso ao plenário, sem discussão nem encaminhamento de votação, que delibera pelo processo simbólico.

SEÇÃO III DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 239. São escritos e dependerão de deliberação do plenário os requerimentos não especificados neste Regimento interno e os que solicitem:

- I- Inclusão de Projeto na pauta, em regime de urgência;
- II- Convocação de reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária;
- III- Informação a secretário municipal.
- IV- Inserção, nos Anais da Câmara, de informações e documentos, quando mencionados e não lidos integralmente por Secretário Municipal perante o plenário ou comissão.
- V- Adiantamento de discussão ou votação de proposições;
- VI- Representação da Câmara Municipal por Comissão de Representação;
- VII- Encerramento de discussão de proposição;
- VIII- Prorrogação da reunião;
- IX- Inversão da pauta;
- X- Destaque de parte de proposição principal ou acessória ou acessória integral para ter andamento como proposição independente.

§1º. Os requerimentos mencionados neste Artigo não admitem discussão e serão deliberados por processo simbólico.

§2º O encaminhamento de votação do requerimento será realizado pela Mesa diretora, assegurado 5 (cinco) minutos a cada um para pronunciamento.

§3º. Os requerimentos rejeitados pelo plenário não poderão ser reapresentados na mesma sessão legislativa.

Art. 240. Os requerimentos e informações somente versarão sobre atos da Mesa Diretora ou da Câmara Municipal, do Poder Executivo do município e dos órgãos a ele subordinados, das autarquias, empresas e fundações municipais, das concessionárias, permissionárias ou pessoas jurídicas detentoras de autorização para prestarem serviços públicos municipais.

Art.241. Os requerimentos de informações devem ser fundamentados e indicar o fim a que se destinam.

Art.242. Os requerimentos solicitando informações serão aprovados por processo simbólico, pelo plenário.

CAPÍTULO V DAS MOÇÕES

Art.243. Moção é a proposição pela qual o vereador expressa seu regozijo, congratulação, louvor ou pesar.

Art. 244. As moções de regozijo, congratulação ou louvor deverão limitar-se aos acontecimentos de alto significado nacional, estadual ou municipal.

Art.245. Só se admitirão moções de pesar, nos seguintes casos:

I-Falecimento de quem tenha exercido cargo relevante na administração e pessoas de relevância no município;

II- Manifestação em prol de luto estadual ou nacional, oficialmente declarado,

Parágrafo único. As moções de pesar deverão ser apresentadas na ordem do dia, sem encaminhamento de votação.

Art.246. Quando seus autores pretenderem traduzir manifestações coletivas da Câmara municipal, a moção deverá ser manifestada, no mínimo, pela maioria absoluta dos vereadores.

Parágrafo único: A moção assinada na forma do caput estará automaticamente aprovada.

CAPÍTULO VI DOS PROJETOS

SEÇÃO I DAS ESPÉCIES E SUAS FORMAS

Art.247. A Câmara Municipal exerce sua função legislativa por meio de;

- I- Projetos de Resolução.
- II- Projetos de Decreto Legislativo;
- III- Projetos de Lei Ordinária;
- IV- Projetos de Lei Complementar;
- V- Projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal.

Art.248. O projeto poderá ser apresentado em três vias, observadas as seguintes destinações;

- I- Uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, destinada ao arquivo da Câmara;
- II- Uma via, subscrita pelo autor e demais signatários, se houver, que será remetida à comissão competente para apreciá-lo;
- III- Uma via como contrafé.

Parágrafo único. Os Projetos que não atenderem ao Artigo anterior deste Regimento Interno só serão encaminhados às comissões, depois das devidas correções pelo autor.

SEÇÃO II. DA DESTINAÇÃO

SUBSEÇÃO I DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art.249. Os Projetos de Resolução destinam-se a regular matéria da administração interna da Câmara Municipal e de seu processo legislativo, nos termos deste Regimento Interno.

**SUBSEÇÃO II
DOS PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO**

Art.250. Os Projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal que tenham efeito externo, nos termos deste Regimento Interno.

**SUBSEÇÃO III
DOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA**

Art. 251. Os Projetos de Lei Ordinária destinam-se a regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal, sujeita à sanção do Prefeito.

Art. 252. A iniciativa de Projeto de Lei Ordinária dar-se-á nos termos deste Regime Interno.

**SUBSEÇÃO IV
DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR**

Art. 253. Será objeto de Lei Complementar:

- I- Definição das atribuições do Vice-Prefeito;
- II- Normas gerais em matéria tributária de âmbito local, observando o disposto na Constituição Federal.
- III- Imposto sobre serviço de qualquer natureza, segundo os critérios determinados pela Constituição Federal e pela Lei Complementar Federal.
- IV- Finanças públicas, nos casos previstos pela Constituição Federal.
- V- Fiscalização Financeira da administração pública municipal direta e indireta.
- VI- Fixação, alteração e/ou revisão do quadro de servidores municipais

Parágrafo único. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

Art. 254. A iniciativa para apresentação dos Projetos de Lei Complementar é a disposta neste Regimento Interno.

**SUBSEÇÃO V
DOS PROJETOS DE EMENDA Á LEI ORGANICA DO MUNICIPIO**

Art.255. O Projeto de Emenda á Lei Orgânica Municipal observará, quando aos legitimados e a tramitação, as normas previstas na Lei Orgânica Municipal.

**CAPÍTULO VII
DAS EMENDAS**

Art. 256. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

Art.257. As emendas são supressivas, aditivas, modificativas, substitutivas, aglutinativas, indicativas e de redação.

§1º. Emenda supressiva é a que manda erradicar parte da proposição principal, ao suprimir um Artigo inteiro ou seus desdobramentos.

§2º. Emenda aditiva é a que inclui novos dispositivos ao texto da proposição principal.

§3º. Emenda modificativa é a que altera o texto da proposição original, sem comprometê-lo de forma substancial.

§4º. Emenda substitutiva é a que visa alterar parte da proposição principal, ao inserir nova forma de normalizar a matéria disposta no texto.

§5º. Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas ou destas com o texto.

6º. Emenda indicativa é a que visa direcionar recursos do Projeto de Lei que fixa a receita e despesa do município para determinada finalidade sem, necessariamente, alterar dotações orçamentárias.

Art.258. A emenda de redação visa sanar vícios de linguagem, incorreção gramatical, erro de concordância e falhas de técnicas legislativa.

Art.259. Substitutivo é a proposição que visa substituir outra já existente sobre o mesmo assunto.

Art.260. Não serão aceitos, por impertinentes, substitutivos ou emendas que não tenham relação direta ou imediata com a matéria contida na proposição a que se refiram.

Parágrafo único. O recebimento impertinente de substitutivos ou emendas não implica necessariamente na obrigatoriedade de sua votação, podendo o Presidente considerá-lo prejudicado antes de submetê-lo à votação.

Art.261. As emendas e substitutivos são apresentados por vereadores, Comissão Permanente e Mesa Diretora.

§1º A Comissão Permanente somente poderá apresentar substitutivo à proposição principal que tiver relação com sua competência específica.

§2º. Aos vereadores é assegurado apresentar emendas, diretamente à Comissão Permanente, a partir do recebimento da proposição principal vedada sua apresentação durante discussão em plenário.

§3º. Só será aceita emenda na redação final para evitar erro de concordância, vício de linguagem, falha técnica legislativa, observadas as formalidades regimentais.

§4º. As proposições discutidas e aprovadas no primeiro turno poderão ser emendadas em segunda discussão por iniciativa:

I- Dos Líderes na Câmara;

II- Pelas Comissões Permanentes, desde que apresentadas ou requeridas pela maioria dos integrantes;

III- Por um terço dos Vereadores;

IV- Pela Mesa Diretora.

Art.262. As emendas seguirão a tramitação das proposições as quais acompanham.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS ÀS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 263. Da decisão ou omissão do Presidente em questão de ordem, representação ou proposição de qualquer vereador cabe recurso ao plenário, nos termos deste capítulo.

Parágrafo único: Até a deliberação do plenário sobre o recurso, prevalece a decisão do Presidente.

Art.264. O recurso formulado por escrito, poderá ser proposto dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis contados da decisão do Presidente.

§1º. Apresentado o recurso, o Presidente deverá, dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis, dar-lhe provimento ou, caso contrário, informá-lo e, em seguida, encaminhá-lo á Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§2º A Comissão de Legislação, Justiça e Redação terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis para emitir parecer sobre o recurso.

§3º. Emitido o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, independentemente de sua publicação, será obrigatoriamente o recurso incluído na pauta da ordem do dia da reunião ordinária seguinte para deliberação do plenário.

§4º. Aprovado o recurso, o Presidente deverá observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se o processo de destituição.

§5º. Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida.

CAPITULO IX DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO

Art.265. O projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal será enviado ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará.

§1º. Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15(quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, comunicará, dentro de 48(quarenta e oito)horas, ao presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§2º. Decorrido o prazo de 15(quinze) dias a que se refere o parágrafo anterior, o silêncio do prefeito importará sanção tácita.

§3º.O veto parcial somente abrangerá texto integral de Artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§4º. O veto será apreciado pela Câmara Municipal, dentro de 30(trinta) dias contados do seu recebimento, só podendo ser rejeitado, em escrutínio aberto, pelo voto da maioria absoluta dos vereadores.

§5º. Esgotado sem deliberação o prazo a que se refere o parágrafo anterior, o veto será colocado na ordem do dia da reunião imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvada a hipótese prevista no Art.221 deste Regimento Interno.

§6º. Se o veto não for mantido, será o projeto de lei enviado ao Prefeito para promulgação.

Art.266. O veto será despachado:

I- À Comissão de Legislação, Justiça e Redação, se as razões versarem aspectos de constitucionalidade, legalidade e interesse público do projeto.

II- À Comissão de Orçamento e Finanças, se as razões versarem aspectos financeiros do Projeto;

§1º. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação terá o prazo improrrogável de 10(dez) dias para emitir parecer sobre o veto.

§2º. Se as razões de veto tiverem implicado concomitante com aspectos de constitucionalidade ou legalidade, interesse público ou de ordem financeira, as comissões competentes terão prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para emitir parecer conjunto.

§3º. Esgotado o prazo das comissões, o veto será incluído, com ou sem parecer na ordem do dia da primeira reunião ordinária que se realizar.

Art.267. Se nos casos dos §§ 2º e 6º do Art.265, a Lei não for dentro de 48(quarenta e oito) horas, promulgada pelo Prefeito o Presidente da Câmara Municipal o fará, e se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-presidente fazê-lo.

Parágrafo único: Caso o Vice-presidente não promova a promulgação da Lei poderá ser destituído do cargo, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 268. Os Projetos de Decreto Legislativos e de Resolução depois de aprovados serão promulgados e publicados pelo Presidente da Mesa Diretora, nos termos deste Regimento Interno.

TITULO VI DAS DELIBERAÇÕES

CAPÍTULO I DAS DISCUSSÕES

Art.269. Discussão é a fase dos trabalhos destinados aos debates em Plenário.

§1º. A discussão se fará sobre o conjunto da proposição, emendas, substitutivos e pareceres.

§2º. O Presidente, por deliberação do Plenário, poderá anunciar o debate por títulos, capítulos, seções e subseções.

Art. 270 – Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos vereadores atender às determinações contidas neste Regimento Interno.

Art.271. Para discutir qualquer matéria constante da ordem do dia, o vereador deverá inscrever-se previamente na respectiva lista de inscrição.

§1º - A critério da Presidência o vereador poderá solicitar, verbalmente, durante o transcorrer da reunião, permissão para se manifestar a respeito da matéria em discussão.

§2º. As inscrições deverão ser feitas em plenário, perante o Secretário, a partir do início da reunião.

§3º. Não se admite troca de inscrição, facultando-se, porém entre os vereadores inscritos para discutir a mesma proposição, a cessão total de tempo, na conformidade do disposto nos parágrafos seguintes.

§4º. A cessão de tempo far-se-à mediante comunicação obrigatoriamente verbal, pelo vereador cedente, no momento em que seja chamado para discutir a matéria.

§5º. É vedada, na mesma fase de discussão, nova inscrição a vereador que tenha cedido a outro o seu tempo.

Art.272. Entre os vereadores inscritos para discussão de qualquer matéria, a palavra será dada na seguinte ordem de preferência:

- a) ao autor da proposição;
- b) aos relatores dos pareceres, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas comissões;
- c) ao autor do voto em separado;
- d) ao autor da emenda;
- e) aos vereadores contrários à matéria em discussão.

Art.273. Os relatores dos pareceres e o autor da proposição, além do tempo regimental que lhe são assegurados, poderão voltar á tribuna durante 10(dez) minutos para explicações desde que um terço dos membros da Câmara Municipal assim o requeira, por escrito.

§1º - Em Projeto de autoria da Mesa Diretora ou de comissão, serão considerados autores, para efeito deste Artigo, os respectivos Presidentes.

§2º. Em projeto de autoria do Poder Executivo, será considerado autor, o vereador que nos termos legais e regimentais, gozar de prerrogativas de líder do governo.

Art.274. O vereador que estiver ausente ao ser chamado para falar poderá reinscrever-se.

Art.275. O Presidente dos trabalhos não interromperá o orador que estiver discutindo qualquer matéria, salvo para:

- I - Dar conhecimento ao plenário de requerimento de prorrogação da reunião para submetê-lo á votação;
- II - Fazer comunicação importante, urgente e inadiável à Câmara Municipal;

- III - Recepcionar autoridade ou personalidade;
- IV - Suspender ou encerrar a reunião em caso de tumulto grave no Plenário ou em outras dependências da Câmara Municipal;
- V - Leitura de requerimento que solicitar a tramitação em regime de urgência de proposição, observadas as normas regimentais.

§1º- O orador interrompido para votação de requerimento de prorrogação da reunião, mesmo que ausente à votação do requerimento, não perderá sua vez de falar, desde que presente quando chamado a continuar seu discurso no concurso da reunião ou ao se iniciar o período de prorrogação da reunião.

§2º. O tempo que durar a votação do Requerimento de prorrogação será acrescido ao tempo do orador que se encontrar na tribuna.

§3º. Se ausente, quando chamado, o vereador perderá o direito à parcela de tempo de que dispunha para discutir, não podendo se reinscrever.

Art. 276 – A proposição com discussão encerrada na Legislatura anterior terá sua tramitação reaberta para receber novas emendas.

Art.277 - A proposição que receber todos os pareceres favoráveis poderá ter discussão dispensada pelo plenário, mediante requerimento de qualquer vereador, sem prejuízo da apresentação de emendas.

Parágrafo único: A dispensa de discussão deverá ser requerida ao ser anunciada a proposição.

SEÇÃO II DOS APARTES

Art. 278. Aparte é a interrupção concedida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação, não podendo ter duração superior a 3(três) minutos.

§1º Somente serão concedidos 2 (dois) apartes por orador.

§2º O vereador que tiver obtido consentimento de realizar o aparte deverá fazê-lo em pé.

Art. 279. Não serão permitidos apartes:

- I- À palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;
- II- Paralelos ou cruzados;
- III- Quando o orador esteja encaminhando a votação, declarando voto, falando sobre a ata, ou pela ordem;
- IV- A parecer verbal.

§1º. Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhe for aplicável.

SEÇÃO III
DO ENCERRAMENTO

Art.280. O encerramento da discussão dar-se-á:

I- Por inexistência de orador inscrito;

II- Por requerimento subscrito, no mínimo, por um terço dos vereadores, mediante deliberação do plenário.

III- Por decurso do prazo regimental.

§1º. Só poderá ser proposto o encerramento da discussão, nos termos do inciso II deste Artigo, quando sobre a matéria já tenham falado, pelo menos, 3 (três) vereadores.

§2º. O requerimento de encerramento da discussão comporta apenas encaminhamento da votação.

§3º. Se o requerimento de encerramento da discussão for rejeitado, só poderá ser reformulado depois de terem falado no mínimo, mais 3 (três) vereadores.

CAPITULO II
DA VOTAÇÃO

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 281. Votação é o ato complementar da discussão, através do qual o plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§1º. Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declara encerrada a discussão e a coloca em votação.

§2º. O vereador que se considera impedido de votar, nos termos deste Artigo, fará a devida comunicação à Mesa Diretora, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.

§3º. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à reunião, esta será dada por prorrogada até que se conclua por inteiro a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número para deliberação, caso em que a reunião será encerrada imediatamente.

Art.282. O vereador presente à reunião não poderá escusar-se de votar.

§1º. Não poderá votar o vereador que tiver interesse pessoal na deliberação, anulando-se a votação se o seu voto for decisivo.

Art.283. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao plenário, mas deverá afastar-se da Mesa quando estiverem elas em discussão ou votação.

Art.284. O Presidente da Câmara, ou seu substituto, só terá voto nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal e o voto minerva em caso de empate nas votações.

§1º. A presença do Presidente é computada para efeito de quorum no processo de votação.

§2º. As normas constantes deste Artigo serão aplicadas ao vereador que substituir o Presidente na direção dos trabalhos.

Art.285. O voto do vereador, mesmo que contrário ao de sua liderança, será acolhido para todos os efeitos.

Art.286. Terminada a apuração, o Presidente proclamará o resultado da votação, especificando os votos favoráveis, contrário, brancos e nulos.

Art. 287. A Proposição poderá ser votada em bloco, ressalvada a matéria destacada ou por deliberação do plenário, poderá ser feita em título, capítulo, seção ou subseção.

Art.288. As emendas destacadas ou aquelas que tenham pareceres contrários à sua tramitação serão votadas, uma a uma conforme as respectivas ordem e espécie.

Parágrafo único: O plenário poderá deferir requerimento de qualquer vereador que solicite a votação da emenda de forma destacada.

SEÇÃO II

DO ENCAMINHAMENTO

Art.289. A partir do instante em que o Presidente declarar a matéria já debatida e com discussão encerrada, o Presidente fará o encaminhamento da votação ressalvados os impedimentos regimentais.

Art.290. Ainda que haja o projeto substitutivo e emendas haverá apenas um encaminhamento de votação sobre todas as peças do projeto.

Parágrafo único: Quando não for consumada a votação por falta de quorum, haverá novo encaminhamento de votação quando a proposição voltar á ordem do dia.

Art.291. O Presidente, sempre que julgar necessário ou quando lhe for requerido, poderá convidar o relator ou outro membro da Comissão Permanente para esclarecer as razões do conteúdo do parecer no encaminhamento da votação.

SEÇÃO III

DO ADIAMENTO

Art.292. Antes de iniciar-se a votação de qualquer proposição o vereador poderá requerer, verbalmente, o seu adiamento, especificando a finalidade e o número de reuniões ordinárias alcançadas, pelo adiamento, que não poderá ultrapassar ao total de 2 (duas) reuniões ordinárias.

§1º - Só por maioria de votos se concederá o adiamento da votação.

§2º. A Proposição com tramitação em regime de urgência não admite adiamento de votação, salvo se adiamento for requerido em conjunto, por líderes que representem a maioria dos membros da Câmara, devendo ser votada impreterivelmente, na próxima reunião ordinária, não podendo ultrapassar o prazo de uma reunião ordinária.

SEÇÃO IV DOS PROCESSOS

Art.293. São três os Processos de votação:

- I- Simbólico.
- II- Nominal.
- III- Secreto.

Art.294. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem, procedendo em seguida a necessária contagem e a proclamação do resultado.

Parágrafo único: Os vereadores que quiserem se abster deverão manifestar-se pela ordem.

Art.295. O processo nominal de votação consiste na contagem dos votos favoráveis e contrários, com a consignação expressa do nome e do voto de cada vereador.

§1º. Proceder-se-á, obrigatoriamente a votação nominal nos casos expressamente previstos neste Regimento Interno.

§2º. O processo de votação nominal poderá ser realizado por deliberação do Presidente ou do plenário, mediante requerimento de vereador.

Art.296. Nos casos previstos neste Regimento Interno, ao submeter qualquer matéria à votação nominal, o Presidente convidará os vereadores a responderem sim ou não, conforme sejam favoráveis ou contrários, á medida que forem sendo chamados.

§1º. O secretário, ao proceder à chamada, anotarás as respostas nas respectivas listas, repetindo, em voz alta, o nome e o voto de cada vereador.

§2º. Terminada a chamada a que se refere o parágrafo anterior e caso não tenha sido alcançado quorum para deliberação, o secretário procederá, ato contínuo, a segunda e última chamada dos vereadores que ainda não tenham votado.

§3º. Enquanto não for proclamado o resultado da votação, é facultado ao vereador retardatário manifestar seu voto.

§4º. O vereador poderá retificar seu voto antes de proclamado o resultado, na forma regimental.

§5º. Concluída a votação, o Presidente proclamará o resultado anunciando o numero de vereadores que votaram sim o número dos que votaram não.

Art.297. As dúvidas quanto ao resultado proclamado só poderão ser suscitadas e deverão ser esclarecidas antes de anunciada a discussão ou votação de nova matéria, ou, se for o caso, antes de se passar a nova fase da reunião ordinária ou de encerra-se á ordem do dia.

Art.298. O processo de votação secreta dar-se-á apenas por decisão do plenário, a requerimento de um terço dos vereadores ou lideres antes de anunciada a ordem do dia.

Art. 299. Para a votação secreta com o uso de cédula, far-se-á chamada dos vereadores por ordem alfabética, sendo admitidos a votar os que comparecerem antes de encerrada a votação.

§1º. Chamado o vereador para votar, colocará seu voto no envelope rubricado pelo Presidente e membros da Mesa Diretora, depositando-o em seguida, na urna indevassável.

§2º. Concluída a votação, far-se-á a apuração dos votos, obedecendo-se o seguinte procedimento:

I- Os envelopes retirados da urna serão contados pelo Presidente, que verificando serem em igual número ao de vereadores votantes, abrirá cada um deles, anunciando imediatamente os respectivos votos.

II- O secretário fará as devidas anotações, competindo-lhe ao registro do voto, apregoar o novo resultado parcial.

III- Concluída a contagem dos votos, o Presidente terá o boletim de apuração dos votos, proclamando o resultado.

§3º. Nas votações secretas com uso de cédula não será admitida, em hipótese alguma, a retificação de voto, considerando-se nulo o voto que não atender a qualquer das exigências regimentais.

SEÇÃO V DA VERIFICAÇÃO NOMINAL

Art.300. Se algum vereador tiver dúvida quanto ao resultado da votação simbólica proclamada pelo Presidente, poderá requerer verificação nominal de votação.

§1º O requerimento de verificação nominal de votação será de imediato e necessariamente atendido pelo presidente.

§2º. Ficará prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação, caso não se encontre presente no momento em que for chamado pela primeira vez o vereador que a requereu.

§3º. Prejudicado o requerimento de verificação nominal de votação, pela ausência de seu autor, ou pedido de retirada, faculta-se a qualquer outro vereador reformulá-lo.

§4º. Não havendo quorum para a votação do requerimento de verificação, o Presidente da Câmara poderá deste logo determinar a votação nominal.

SEÇÃO VI DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art.301. Declaração de voto é o pronunciamento do vereador sobre os motivos que o levam a manifestar-se contrário ou favoravelmente à matéria votada.

Art.302. A Declaração de voto a qualquer matéria far-se-á de uma só vez, depois de concluída, por inteiro, a votação de todas as peças do Projeto.

§1º. Quando não houver quorum para votação ser consumada, não haverá declaração de voto.

§2º. Não haverá declaração de voto quando houver prorrogação de uma reunião para se concluir uma votação.

§3º. Em declaração de voto, cada vereador dispõe de 3 (três) minutos, sendo vedados apartes.

CAPÍTULO III DO TEMPO DE USO DA PALAVRA

Art.303. Durante as reuniões o vereador somente poderá usar da palavra para:

I- Versar assunto de sua livre escolha no período destinado ao Expediente e à Explicação Pessoal.

II- Discutir matéria e debatê-la;

III- Apartear;

IV- Declarar voto;

V- Apresentar ou reiterar requerimento;

VI- Levantar questões de ordem.

Art. 304. O uso da palavra será regulado pelas normas abaixo:

- I- Qualquer Vereador, incluindo os membros da Mesa Diretora, de sua livre escolha fará uso da palavra em pé ou assentado em sua mesa de trabalho ou na tribuna
- II- A nenhum vereador será permitido falar sem pedir a palavra e sem que o presidente a conceda.
- III- Com exceção do aparte, nenhum vereador poderá interromper o orador que estiver na tribuna, assim considerado o vereador ao qual o Presidente já tenha concedido a palavra;
- IV- O vereador que pretender falar sem que lhe tenha sido concedida a palavra ou permanecer na tribuna, além do tempo que lhe tenha sido concedido, será advertido pelo Presidente que o convidará a sentar-se;
- V- Se, apesar da advertência e do convite, o vereador insistir em falar o presidente dará seu discurso por terminado.
- VI- Persistindo a insistência do vereador em falar e em perturbar a ordem ou o andamento regimental da reunião, o Presidente convidá-lo-á a retirar do recinto.
- VII- Qualquer vereador, ao falar, dirigirá a palavra ao Presidente ou aos demais vereadores e só poderá falar voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;
- VIII- Referindo-se em discurso a outro vereador, o orador deverá preceder seu nome do tratamento “Senhor” ou “Vereador”;
- IX- Dirigindo-se a qualquer de seus pares, o vereador dar-lhe-á o tratamento de “Excelência”, “Nobre Colega” ou “Nobre Vereador”.
- X- Nenhum vereador poderá referir-se a seus pares e, de modo geral, a qualquer representante do Poder Público, de forma descortês ou injuriosa.

Art.305. O tempo de que dispõe o vereador para fazer uso da palavra será de:

I - 15 (quinze) minutos para:

a) Discutir:

- 1- Requerimentos.
- 2- Indicações, quando sujeitas à deliberação;
- 3- Moções.
- 4- Pareceres, ressalvando o prazo assegurado ao denunciado e ao relator no Processo de destituição de membros da Mesa;
- 5- Vetos;
- 6- Projetos;

b) Apresentar acusação ou defesa no processo de cassação do Prefeito e vereador, ressalvado o prazo de 2 (duas) horas assegurado ao denunciado.

c) Promover Explicação Pessoal;

II- 10 (dez) minutos para:

- a) Usar a tribuna Livre para versar tema livre, na fase do Expediente;
- b) Expor assuntos relevantes pelos líderes da bancada;

III-5(cinco) minutos para:

- a) Apresentar:
 - 1- Requerimento de retificação da ata;
 - 2- Requerimento de invalidade da ata, quando da sua impugnação;
 - 3 -Suscitar questões de ordem.

IV- 3 (três) minutos para apartear.

Parágrafo Único: O tempo que dispõe o vereador será controlado pelo Secretário, para conhecimento do presidente e se houver interrupção de seu discurso, exceto por aparte concedido, o prazo respectivo não computado no tempo que lhe cabe.

CAPÍTULO IV

DAS QUESTÕES DE ORDEM E DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

SEÇÃO I

DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art.306. Questão de ordem é toda manifestação do vereador em plenário, feita em qualquer fase da reunião, para reclamar contra o não cumprimento da formalidade regimental ou para suscitar dúvidas quanto á interpretação deste Regimento Interno.

§1º. O vereador deverá pedir a palavra “pela ordem” e formular a questão com clareza, indicando as disposições regimentais que pretende sejam elucidadas ou aplicadas.

§2º. Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, a questão de ordem ou submetê-lo ao plenário, quando este Regimento Interno for omissso.

§3º. Cabe ao vereador recurso da decisão do presidente, que será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer, em forma de Projeto de Resolução, será submetido ao plenário, nos termos deste Regimento Interno.

SEÇÃO II

DOS PRECEDENTES REGIMENTAIS

Art.307. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos ao Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais, mediante requerimento aprovado pela maioria dos vereadores.

Art.308. As interpretações do Regimento Interno serão feitas pelo Presidente da Câmara em assunto controvertido e somente constituirá precedentes regimentais e requerimento de qualquer vereador, aprovado pela maioria dos membros da Câmara.

Art.309. Os precedentes regimentais serão anotados em livros próprios, para orientação de casos análogos.

**TITULOS VII
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR
CAPITULO I
DA INICIATIVA POPULAR NOS PROJETOS DE LEI**

Art.310. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal, de Projeto de Lei subscrita por, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, em lista organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.

§1º. O Projeto de Lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§2º. Na discussão do Projeto de iniciativa popular, é assegurada a sua defesa, em comissão e em Plenário, por um dos signatários.

§3º. O disposto no caput deste Artigo e no seu §2º aplicar-se-á à iniciativa popular de emenda a Projeto de Lei em tramitação na Câmara, respeitada a vedação à criação de despesa nas proposições de iniciativa exclusiva definidas neste Regimento Interno.

§4º. Não serão suscetíveis de iniciativa popular as matérias de competência exclusiva definidas neste Regimento Interno.

§5º. A Câmara Municipal, verificando o cumprimento das disposições regimentais deste Artigo, dará seguimento ao projeto de iniciativa popular, em conformidade com as normas sobre elaboração legislativa prevista neste Regimento Interno.

**CAPITULO II
DA TRIBUNA LIVRE**

Art.311. A Tribuna Livre é o espaço reservado nos dias de reunião ordinária, após o expediente e a ordem do dia, com duração máxima de 10 (dez minutos), para exposições de assuntos de interesse público por associações de bairros, entidades civis, filantrópicas, sindicatos, organizações estudantis e outras a critério da Mesa Diretora.

§1º. A Tribuna Livre será utilizada mediante pedido de inscrição com antecedência de 05 (cinco) dias antes da data reservada à realização da tribuna, contendo o assunto a ser abordado, acompanhado de justificativa.

§2º. Depois de lido no expediente da reunião ordinária, o pedido de inscrição será encaminhado ao Secretário que organizará os pedidos pela ordem de entrada e a agenda de atendimento.

§3º. Ao usar da palavra, o orador deverá evitar expressões que possam ferir o decoro da Câmara e representem descortesia aos Vereadores e demais presentes, sob pena de corte da palavra.

CAPÍTULO III DA AUDIENCIA PUBLICA

Art.312. A Câmara Municipal realizará reuniões de audiências públicas com participação de cidadãos e de representantes de organizações da sociedade civil para tratar de assunto de interesse público relevante ou para instruir matéria legislativa em tramitação na Camara Municipal, observado a forma da Lei Municipal específica.

Parágrafo único. As entidades a que se refere o caput deste Artigo podem, através de requerimento ao Presidente da Câmara, solicitar a realização de audiência pública.

Art.313. Despachado o requerimento de audiência pública o Presidente da Comissão Permanente pertinente selecionará, para serem ouvidos, os representantes das entidades, dispostas no Artigo anterior, e expedirá os respectivos convites.

§1º. O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate, e disporá de 10 (dez) minutos, prorrogáveis por igual período a juízo da Mesa Diretora ou da comissão, sem apartes, para pronunciamento.

§2º. Caso o convidado se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, caberá ao Presidente da Comissão adverti-lo, cassar-lhe o uso da palavra ou determinar sua retirada do recinto, nos termos deste Regimento interno.

§3º. O convidado poderá valer-se de assessores credenciados, desde que previamente autorizado pelo presidente da Câmara;

Art. 314. Os pronunciamentos da audiência pública serão lavrados em ata, que será arquivada, juntamente com os documentos a ela pertinentes, no âmbito da Câmara ou Comissão.

CAPÍTULO IV DAS PETIÇÕES, RECLAMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Art.315. As petições, reclamações e representações de qualquer município, ou entidade local regularmente constituída a mais de 1 (um) ano contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas ou imputadas a membros da Câmara, serão recebidas e examinadas pelas Comissões ou pela Mesa, respectivamente desde que:

- I- Encaminhadas por escrito, vedado o anonimato do autor ou autores.
- II- O assunto envolva material de competência da Câmara Municipal.

Parágrafo único - O membro da Comissão a que for distribuído o processo, exaurida a fase de instrução, apresentará relatório circunstanciado na forma do Art. 125 deste Regimento Interno, no que couber, do qual se dará ciência aos interessados.

Art.316. A participação popular poderá ainda ser exercida através do oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas ou culturais, de associações ou sindicatos e demais instituições representativas locais.

Parágrafo Único - A contribuição da sociedade civil será examinada por comissão cuja área de atuação tenha pertinência com matéria contida no documento recebido.

CAPÍTULO V DO PLEBISCITO E DO REFERENDO

Art. 317. As questões de relevante interesse do Município ou Distrito poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo, mediante decreto legislativo, de acordo com o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único - A tramitação dos Projetos de plebiscito e referendo obedecerá a normas regimentais previstas neste Regimento Interno.

TÍTULO VIII DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA ESPECIAL

CAPÍTULO I DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I DA PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIA E DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL.

Art..318. A proposta de Plano Plurianual destina-se a estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da Administração públicas municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada, nos termos deste Regimento Interno.

Art.319. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da lei orçamentária anual, dispondo acerca das alterações na legislação tributária.

Art.320. A Lei orçamentária anual compreenderá:

I - Orçamento fiscal referente aos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Município.

II-Orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detiver a maioria do capital social com direito a voto;

SEÇÃO II DA TRAMITAÇÃO

SUBSEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.321. As Propostas de Plano Plurianual, de Lei de Diretrizes Orçamentária e de Orçamento Anual serão enviadas pelo Prefeito Municipal à Câmara Municipal, de acordo com o exigido na legislação federal.

§1º. O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este Artigo enquanto não iniciada a votação, na comissão permanente, da parte cuja alteração é proposta.

§2º. As Emendas ao Projeto de Lei do Orçamento anual ou aos projetos que modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I- Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias

II- Indiquem os recursos necessários, aceitos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a)- Dotação para o pessoal e seus encargos;
- b)- Serviço de dívida;

III-relacionadas:

- a)- com correção de erros e omissões;
- b)- com dispositivos do texto do projeto de lei.

§3º. As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§4º. Aplicam-se aos projetos mencionados neste Artigo, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§5º. A reestimativa de receita por parte da Câmara Municipal só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal no projeto.

§6º. Nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista recurso orçamentário disponível.

§7º. Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição parcial do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

SUBSEÇÃO II DA PROPOSTA DE PLANO PLURIANUAL

Art.322. Recebida do Poder Executivo a proposta de Plano Plurianual, será numerada e desde logo, enviada às comissões, providenciando-se, ainda, sua publicação e distribuição aos vereadores.

§1º. As comissões disporão de prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias para emitir seus pareceres que deverá apreciar o aspecto formal e o mérito do projeto.

§2º. Se contrário, o parecer será submetido ao plenário em discussão única.

Art.323. Divulgado o parecer, a proposta será incluída na ordem do dia da próxima reunião para discussão, vedando-se, nesta fase, apresentação de substitutivos e emendas.

Art.324. Findo o prazo, e com a discussão encerrada, a proposta sairá da ordem do dia e será encaminhada à comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização para recebimento de emendas, durante 15 (quinze) dias úteis.

Art.325. Para elaborar o parecer sobre as emendas, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização terá o prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Em seu parecer, a comissão observará o seguinte:

I- As emendas da mesma natureza ou objetivo serão obrigatoriamente reunidas pela ordem numérica de sua apresentação, em 3(três) grupos, conforme a Comissão recomende sua aprovação ou cuja apreciação transfira ao plenário;

II- A Comissão poderá oferecer novas emendas, em seu parecer, desde que de caráter estritamente técnico ou retificativo ou que visem a restabelecer o equilíbrio financeiro.

Art. 326. Divulgado o parecer sobre as emendas, a proposta será incluída na ordem do dia da próxima reunião ordinária, para votação.

§1º. Se aprovada, a proposta será enviada ao Prefeito para sanção.

Art.327. Aprovada a redação final, a proposta será encaminhada para sanção.

SUBSEÇÃO III
DA PROPOSTA DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 328. Recebida a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentária, será encaminhada à Comissão de Legislação, Justiça e Redação e em seguida à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização para pareceres.

§1º. A tramitação e prazos da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias observará no que couber, o disposto na subseção referente à tramitação da proposta de Plano Plurianual deste Regimento Interno.

§2º. Caberá à Comissão de Legislação, Justiça e Redação a elaboração da redação final da proposta.

SUBSEÇÃO IV
DA PROPOSTA DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art.329. A tramitação e prazos da proposta de Lei Orçamentária anual observarão no que couber, o disposto na subseção referente à tramitação da proposta de Plano Plurianual deste Regimento Interno.

Art.330. A lei orçamentária anual será acompanhada de demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções anistia, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia.

Art.331. A Lei orçamentária anual não conterà dispositivos estranhos à previsão da receita e a fixação de despesa, incluindo nessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação da receita, nos termos da lei.

SEÇÃO III
DAS VEDAÇÕES

Art.332. São vedados:

I- O início de programas, projetos e atividades, não incluídos na lei orçamentária anual.

II- A realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com fim preciso, aprovados pela Câmara Municipal, por maioria absoluta;

III- A realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

IV- A vinculação de receitas de impostos a órgãos, fundo ou despesa, ressalvadas aquelas admitidas pela parte final, do inciso IV, do Art.167 da Constituição Federal.

V- A abertura de créditos suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI- A Transposição, o remanejamento ou a transferência de recurso de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII- A concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII- A utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir à necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos;

IX- A instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§1º. Nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que a autorize.

§2º. Os créditos extraordinários e especiais terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos 4 (quatro) meses daquele exercício, caso em que reabertos nos limites de seu saldo, serão incorporados ao orçamento de exercício financeiro subsequente.

§3º. A abertura de crédito extraordinário será admitida por decreto, adreferendum da Câmara Municipal, para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, tão somente em situações decorrentes de calamidade pública.

Art. 333. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados à Câmara Municipal, serão entregues até o dia 20(vinte) de cada mês.

Parágrafo único. O repasse será feito de acordo com os valores e periodicidade determinados na Lei Orçamentária.

Art.334. As despesas com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exercer os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal.

§1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público só poderão ser feitas:

I- Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa pessoal e os acréscimos dela decorrentes;

II- Se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista.

§2º. Para cumprimento dos limites estabelecidos na Lei Complementar Federal, o município adotará as medidas previstas ali e também na Constituição Federal.

Art.335. Na elaboração do orçamento serão incluídos os valores destinados ao pagamento de precatórios, consoante o disposto na Constituição Federal.

Art. 336. A Prefeitura Municipal e a Câmara Municipal divulgarão a execução orçamentária nos termos previstos na Lei Complementar Federal referente á gestão fiscal.

CAPÍTULO II DOS CÓDIGOS

Art. 337. Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e prover completamente a matéria tratada.

Art. 338. O projeto de código, depois de lido no expediente, será encaminhado pelo presidente da Câmara para Comissão Especial, criada para examinar e exarar parecer sobre a matéria.

§1º. As emendas serão apresentadas à Comissão durante o prazo de 30(trinta) dias úteis, contados da instalação desta.

§2º. Encerrado o prazo para apresentação de emendas o relator dará parecer no prazo de 10(dez) dias úteis.

§3º. A comissão discutirá por 10 (dez) dias úteis o parecer exarado pelo relator, observado o seguinte:

I- As emendas com parecer contrário serão votadas em blocos, salvo os destaques requeridos por membro da comissão ou Líder da Câmara.

II- Sobre cada emenda posta em destaque poderá falar o autor do projeto, o relator e os demais membros da comissão ou Líder da Câmara.

III- O relator poderá oferecer, juntamente com membros da comissão, emendas ao projeto de código.

IV- Concluída a votação do projeto e da emenda, o presidente da Comissão terá 5 (cinco) dias para apresentar o relatório do voto vencido.

Art.339. Após a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, o projeto de código, depois de lido no expediente, será submetido á apreciação do plenário, em dois turnos obedecidos o intertício regimental de 10 (dez) dias.

§1º. Na discussão do projeto de código, poderão usar da palavra os lideres e vereadores inscritos e o relator da comissão pelo tempo de 10(dez) minutos.

§2º. Ao atingir este estágio o projeto seguirá a tramitação ordinária das proposições.

Art. 340 Não se aplicará o regime tratado neste Capítulo aos projetos que cuidem de alterações parciais de códigos.

CAPÍTULO III DA CONCESSÃO DE MEDALHAS, TROFEUS E DIPLOMAS

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.341. A proposição, que tenha por objetivo prestar qualquer tipo de homenagem por meio da concessão de medalhas, troféus e diplomas, somente poderá indicar pessoas, físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no Município.

§1º. Somente poderá ser homenageada uma pessoa por proposição.

Art. 342. A proposição a que se refere o Artigo anterior deverá ser acompanhada de;

- I- Biografia circunstanciada da pessoa que se deseja homenagear.
- II- Anuência por escrito do homenageado ou de seu representante legal.

Art.343. As homenagens para concessão das medalhas, troféus e diplomas deverão ocorrer uma única vez por seção legislativa ordinária.

Art.344. Quando a homenagem deixa de ocorrer por duas seções legislativas ordinárias consecutivas, o Presidente da Mesa Diretora deverá tomar as medidas necessárias para revogar a proposição que a ensejou.

CAPÍTULO IV DO REGIMENTO INTERNO

SEÇÃO I DA ALTERAÇÃO OU REFORMA DO REGIMENTO INTERNO

Art.345. O Regimento Interno poderá ser alterado ou reformado através de projeto de resolução.

§1º. A apreciação do projeto de resolução que altera ou reforma o Regimento Interno obedecerá às normas vigentes do processo legislativo referente á esta espécie de proposição.

§2º. Ao final de cada sessão legislativa ordinária a Mesa fará a consolidação de todas as alterações procedidas no Regimento Interno e dos precedentes regimentais aprovados republicando em seguida.

**TITULO IX
DO PODER EXECUTIVO**

**CAPÍTULO I
DA RESPONSABILIDADE DO PREFEITO**

**SEÇÃO I
DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO PREFEITO**

Art.346. Os crimes de responsabilidade e o respectivo processo de julgamento do Prefeito serão definidos na Constituição Federal e na legislação federal aplicável.

**SEÇÃO II
DAS VEDAÇÕES AO PREFEITO**

Art.347. É vedado ao Prefeito atentar contra as vedações definidas na Lei Orgânica Municipal.

**SEÇÃO III
DAS INFRAÇÕES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS E O PROCESSO POLÍTICO DE
CASSAÇÃO DO MANDATO DO PREFEITO**

Art.348. As infrações político-administrativas e o processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara Municipal, será promovido conforme determina a Lei Orgânica Municipal.

**SEÇÃO IV
DA SUSPENSÃO E DA PERDA DO MANDATO DO PREFEITO**

Art.349. A suspensão do mandato do Prefeito por infração político-administrativa operar-se-a segundo o disposto na Lei Orgânica Municipal.

Art. 350. A perda do mandato do Prefeito ocorrerá pela extinção ou cassação do seu mandato.

Parágrafo único. Os casos de extinção e perda do mandato são aqueles definidos na Lei Orgânica Municipal.

**CAPITULO II
DA LICENÇA DO PREFEITO E O VICE-PREFEITO**

Art.351. A licença do prefeito e do Vice-Prefeito poderá ser concedida pela Câmara, nos casos previstos na Lei Orgânica Municipal.

Art.352. O pedido de licença do Prefeito e do vice-Prefeito obedecerá a seguinte tramitação:

I- Recebido o pedido na Secretaria Administrativa, o Presidente convocará, em 24(vinte e quatro) horas, reunião da Mesa para transformar o pedido do prefeito em projeto de decreto legislativo, nos termos da solicitação;

II- Elaborado o projeto de decreto legislativo pela Mesa, o Presidente convocará se necessário, reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária, para que o pedido seja imediatamente deliberado.

III- O decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito, será discutido e votado em turno único, tendo preferência regimental sobre aquelas matérias que não tiverem urgência.

IV- O decreto legislativo concessivo de licença ao Prefeito será considerado aprovado se obtiver o voto da maioria dos membros da Câmara.

CAPÍTULO III DA CONVOCAÇÃO DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art.353. Os Secretários Municipais poderão ser convocados pela Câmara Municipal, conforme o determinado pela Lei Orgânica Municipal.

§1º. O requerimento de convocação poderá ser proposto por qualquer vereador ou membro de comissão e encaminhado ao Presidente da Câmara.

§2º. O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação, especificando os quesitos que serão propostos ao Secretário Municipal.

§3º. Aprovado o requerimento de convocação, pela maioria dos vereadores, o Presidente da Câmara expedirá ofício ao Prefeito para que este informe ao Secretário Municipal o dia e hora da reunião extraordinária da sessão legislativa ordinária, com a antecedência, mínima de 8(oito) dias.

§4º. Deverá ser enviada à Câmara Municipal, dois dias antes da convocação, exposição referente às informações solicitadas.

Art. 354. O Secretário Municipal deverá atender a convocação da Câmara dentro do prazo previsto neste Regimento Interno, cujo inicio dar-se-á na data do recebimento do ofício.

Art.355. A Câmara se reunirá em reunião ordinária ou extraordinária da sessão legislativa ordinária, em dia e hora previamente estabelecidos, para ouvir o Secretario Municipal.

Art.356. Iniciada a reunião, os vereadores dirigirão interpelações ao Secretário Municipal, sobre os quesitos constantes do requerimento.

§1º. O Secretário Municipal falará por 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por mais 15(quinze) minutos, e só será aparteado durante a prorrogação.

§2º. Encerrada a exposição do Secretario Municipal, os vereadores inscritos o interpelarão por 10 (dez) minutos e o autor do requerimento por 10(dez) minutos.

§3º. Para responder às interpelações que lhe forem dirigidas, o secretário municipal disporá do mesmo tempo que o dos vereadores que às formulou.

CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO E DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art.357.O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Secretários Municipais farão jus a subsídio único, que será fixado em conformidade com o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art.358. O Prefeito apresentará, até o dia 31(trinta e um) de março do exercício seguinte, a prestação de contas do município.

Parágrafo único: As contas da Câmara Municipal serão enviadas ao Executivo, pela Mesa, no prazo previsto no inciso II, do Art.44 deste Regimento Interno, para que possam ser integradas à prestação de contas municipais.

Art.359. Depois da apresentação das contas municipais o Presidente da Câmara as colocará pelo prazo de 60(sessenta) dias, à disposição de qualquer cidadão, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes legitimidade, na forma da lei.

§1º. Caberá à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização designar plantão para, em horário a ser por ela estabelecido, prestar informações aos interessados, à vista das contas municipais.

§2º. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização receberá eventuais petições apresentadas durante o período de exposição pública das contas e encerradas este, as encaminhará com expediente formal ao Presidente da Câmara Municipal.

§3º. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização dará recibo das petições acolhidas e informará os peticionários das providências encaminhadas e seus resultados.

§4º. Até 48 (quarenta e oito) horas antes da exposição das contas municipais, o Presidente da Câmara Municipal fará publicar na imprensa edital, notificando os cidadãos o local e horário em que elas poderão ser vistas.

§5º. Do edital constará menção sucinta destas disposições e seus objetivos.

Art.360. Terminado o prazo de 60(sessenta) dias previsto no artigo anterior, as contas do município e as questões suscitadas pelos cidadãos serão enviadas ao Tribunal de Contas do Estado, para emissão de parecer prévio.

Art.361. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, o Presidente da Câmara Municipal, imediatamente, o despachará:

I- À publicação em órgão oficial do município e, em sua falta, em jornal local ou outro meio disponível.

II- Ao Prefeito para elaborar a sua defesa técnica, quando for o caso.

III - À Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização que emitirá parecer dentro de 30(trinta) dias.

§1º. O parecer da comissão concluirá, sempre por projeto de decreto legislativo, que tramitará em regime de urgência propondo a aprovação ou rejeição do parecer do Tribunal de Contas do Estado, observada a defesa técnica do Prefeito.

§2º. Elaborado o decreto legislativo pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização no prazo estabelecido no caput deste artigo, o Presidente da Câmara Municipal o incluirá na ordem do dia da reunião ordinária imediata, para discussão e votação únicas.

§3º. O Presidente da Câmara Municipal entregará cópias do decreto legislativo, do parecer do Tribunal de Contas e quando for o caso, da defesa técnica do Prefeito, dos vereadores, que poderão solicitar informações à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização sobre os respectivos documentos, nos termos deste Regimento Interno.

Art.362. O julgamento das contas municipais, pela Câmara Municipal, será feito dentro de 45(quarenta e cinco) dias após a data do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, observando as seguintes regras:

I- A reunião ordinária para a deliberação do Projeto de decreto legislativo, elaborado a partir do parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização à respeito do parecer do Tribunal de Contas do Estado, observará o quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara municipal.

II- O prazo para discussão do decreto legislativo será de 10(dez) minutos para cada vereador, permitida, quando for o caso, a manifestação do Prefeito, que será convidado a comparecer á reunião, nos termos deste Regimento Interno;

III - Terminada a discussão, o Presidente da Câmara Municipal deverá iniciar o processo de votação nominal.

IV – Somente por decisão de 2/3(dois terços) dos membros da Câmara Municipal poderá ser rejeitado o parecer do Tribunal de Contas do Estado.

V - A decisão da Câmara Municipal, que rejeitar ou aprovar o parecer do Tribunal de Contas do Estado, deve ser, obrigatoriamente, fundamentado.

Art. 363. O Presidente da Câmara Municipal promulgará o decreto legislativo, que for aprovado pelo Plenário, rejeitando ou aprovando as contas municipais.

Art.364. Rejeitadas as contas municipais, serão imediatamente, remetidas ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado para que sejam tomadas as providências cabíveis.

TÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 365 - As dúvidas que eventualmente surjam à tramitação a ser dada a qualquer proposição serão submetidas ao Presidente da Câmara e as soluções constituirão precedentes regimentais mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art.366. Os prazos previstos neste Regimento Interno não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

Parágrafo único: Excetuam-se do disposto neste Artigo, as matérias com o prazo determinado definidas neste Regimento Interno.

Art.367. Quando não se mencionarem expressamente dias úteis, o prazo será contado em dias corridos.

Art.368. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-ão no que for aplicável, a disposição da legislação processual civil.

Art.369. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.370- Ficam revogados todos os precedentes regimentais anteriormente firmados e a Resolução nº. 001 de 02 de janeiro de 2005.

Juatuba, 10 dezembro de 2008

OSLENS ALVARENGA DUMONT
Presidente